

Relatório de Prestação de Contas 2025





Assinado por: **Nelson Manuel de Oliveira Trindade**
Num. de Identificação: 10506991
Data: 2026.04.29 10:45:25+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 12080**



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DO ANO FINANCEIRO DE 2025

APROVADO

PELA JUNTA DE FREGUESIA

A PRESTAÇÃO DE CONTAS, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelo executivo que abaixo assina

Em reunião de

_____/_____/_____

Assinado por: Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber
Num. de Identificação: BI11580188
Data: 28-04-2026 17:11:57 +01:00



Assinado por: Luís Filipe Nascimento da Silva
Num. de Identificação: BI12394544
Data: 28-04-2026 17:15:22 +01:00



Assinado por: Sara Azevedo Vilela Montenegro
Num. de Identificação: BI11097724
Data: 28-04-2026 17:17:33 +01:00



Assinado por: Inês Branco Vasco de Castro Pereira
Num. de Identificação: BI12639532
Data: 28-04-2026 17:24:15 +01:00



Assinado por: **Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto**
Num. de Identificação: 09867114
Data: 2026.04.28 20:38:07+01'00'



PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

A PRESTAÇÃO DE CONTAS, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

Em sessão de

_____/_____/_____

Assinado por: Carla Sofia da Silva Soares Maia
Num. de Identificação: BI10030431
Data: 29-04-2026 21:12:52 +01:00



Assinado por: Miguel Maria Barros de Carvalho Guimarães
Num. de Identificação: BI12950864
Data: 28-04-2026 18:51:29 +01:00



Assinado por: **Sandra de Castro Vilela de Brito**
Num. de Identificação: 09816773
Data: 2026.04.28 19:01:34+01'00'





Índice

1. Introdução.....	5
2. Enquadramento Contabilístico.....	8
3. Enquadramento Macroeconómico	10
4. Organização da Freguesia.....	15
Órgão executivo	16
Órgão deliberativo	18
Estrutura Orgânica dos Serviços.....	19
5. Atividades Desenvolvidas.....	20
Ação Social.....	22
Saúde	28
Cultura.....	29
Desporto e Associativismo	31
Habitação & Segurança	34
Ambiente.....	35
Gestão Administrativa	35
6. Relato Orçamental.....	37
Resultado Orçamental	38
Receita	41
Evolução da Receita.....	44
Receitas Correntes.....	45
Outras Receitas	49
Despesa	50
Evolução da Despesa	52
Despesa Corrente	54
Despesa de Capital	58
Rácios Orçamentais.....	60
Análise da Despesa por Área Funcional	60
Análise Execução Orçamental por Unidade Orgânica	64
7. Relato Financeiro.....	66
Análise do Balanço.....	66
A demonstração de Resultados por Natureza	67
Rácios Financeiros.....	69
8. Proposta de aplicação de Resultados	70



9. Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	71
10. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	71
11. Contabilidade de gestão.....	72
12.Demonstrações Financeiras e Anexo	73
Balanço	74
Demonstração dos resultados por naturezas.....	75
Demonstração das alterações no património líquido	76
Demonstração dos fluxos de caixa	77
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	78
ANEXOS	102
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	102
Anexo 1 - Demonstração de desempenho orçamental (DDORC)	102
Anexo 2 - Demonstração de execução orçamental da receita (DOREC)	102
Anexo 3 - Demonstração de execução orçamental da despesa (DODES)	102
Anexo 4 - Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (DPPI)	102
Anexo 5 - Anexo às demonstrações orçamentais	102
01 - Alterações orçamentais da receita	102
02 - Alterações orçamentais da despesa	102
03 - Alterações ao plano plurianual de investimentos	102
04 - Operações de tesouraria.....	102
05 - Contratação administrativa - situação dos contratos.....	102
06 - Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	102
07 - Transferências e subsídios concedidos	102
08 - Transferências e subsídios recebidos	102
09 - Outras Divulgações - Reconciliações Bancárias	102
10 - Outras Divulgações - Certidões de Receita	102
11 - Outras Divulgações - Certidões de Não Dívida.....	102
12 - Outras Divulgações - Declaração de Responsabilidade.....	102
Anexo 6 - Divulgação do inventário de património.....	102
Anexo 7 - Dívidas por antiguidade de saldos	102
Anexo 8 - Encargos Contratuais	102
Anexo 9 - Acompanhamento e Avaliação da Conformidade das Contas.....	102
Anexo 10 - Balancete analítico de regularização (mês 13)	102
Anexo 11 - Balancete analítico de encerramento (mês 14)	102



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Designação
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGO	Direção-Geral do Orçamento
FFF	Fundo de Financiamento de Freguesias
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCP-PE	Norma de Contabilidade Pública — Pequenas Entidades
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
TC	Tribunal de Contas



1. Introdução

Considerando-se o disposto no n.º 1 do art.º 3.º do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente relatório, relativo ao ano de 2025. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 1, que define a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e a NCP n.º 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

A prestação de contas é uma obrigação da parte de quem gere e aplica dinheiros públicos. Os documentos de prestação de contas são uma importante ferramenta de avaliação e análise dos instrumentos de gestão orçamental cuja relevância se estende para além da obrigação legal e assume contornos particularmente relevantes no âmbito de uma política centrada no rigor, no diálogo e na transparência. No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras (i) determinada pelas suas necessidades; (ii) para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e (iii) para a tomada de decisões.

O presente documento tem como objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução realizados referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira da autarquia, no que concerne à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Analisar a situação financeira da autarquia, do ponto de vista patrimonial.



O Tribunal de Contas é a entidade que fiscaliza a legalidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras. Neste âmbito, a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, determina as modalidades do controlo financeiro e a efetivação de responsabilidades financeiras, por parte do Tribunal de Contas. Assim, o Tribunal de Contas dá instruções sobre a elaboração e documentação das contas, designadamente, no que respeita às entidades sujeitas, aos responsáveis, à periodicidade e ao âmbito e conteúdo da informação.

A organização desta prestação de contas, foi elaborada de acordo com o preceituado no Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), especificamente a Estrutura Conceptual, NCP 1 e NCP 26 e as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas, designadamente com a Resolução n.º 6/2025, publicada em 13 de fevereiro de 2026 e a Lei orgânica, conforme o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Junta de Freguesia elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da freguesia e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia de freguesia, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

Pretende-se com este documento espelhar, de uma forma simples e transparente, o desempenho orçamental e financeiro resultante das atividades desenvolvidas por esta freguesia. Foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas, poderão ser apresentados elementos relativos à execução dos anos anteriores.



Para efeitos de relato orçamental e nos termos do §14 da NCP-PE; do artigo 5º da Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto; e da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

1. Balanço
2. Demonstração dos resultados por natureza
3. Demonstração de fluxos de caixa
4. Demonstração das alterações no património líquido
5. Anexos às demonstrações financeiras

Para efeitos de relato orçamental e nos termos do §46 da NCP 26 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro; do artigo 6º da Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto; e da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

1. Demonstração de desempenho orçamental
2. Demonstração de execução orçamental da receita
3. Demonstração de execução orçamental da despesa
4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos
5. Anexo às demonstrações orçamentais
6. Divulgação do inventário do património
7. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos
8. Encargos contratuais

No estrito cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, apresenta-se a presente Prestação de Contas do ano de 2025, para que, dentro dos prazos previstos, seja apreciada pelo órgão deliberativo e remetida até 30 de abril de 2026 ao Tribunal de Contas, por via eletrónica.

2. Enquadramento Contabilístico

A informação financeira no setor público é um elemento essencial da administração do Estado. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)¹, corresponde à necessidade de uma reforma neste setor, consagrando-se um conjunto de normas para uniformizar procedimentos e aumentar a transparência das contas públicas.

Através do SNC-AP pretende-se:

- Evidenciar a execução orçamental e demonstrar o respetivo desempenho;
- Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos fluxos de caixa;
- Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais;
- Obter maior controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos. pelo, e constitui o novo sistema contabilístico para as administrações públicas.

O SNC-AP foi desenvolvido tendo presente que o universo das administrações públicas engloba entidades da mais variada natureza e dimensão e com atividades e transações das mais simples às mais complexas podendo, assim, ser aplicado por todas elas independentemente de qualquer um destes fatores distintivos.

Justifica-se, porém, que a algumas entidades possa ser permitido fazer uma aplicação simplificada do sistema desde que essa simplificação esteja assente nos mesmos princípios, conceitos e critérios para permitir consistência e

¹ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro



comparabilidade entre as diversas instituições e facilitar a consolidação quando apropriada. A Portaria n.º 218/2016 concretiza o referido regime, definindo as seguintes categorias de entidades para efeitos do SNC-AP e respetivos instrumentos contabilísticos:

Despesa global orçamental paga nas duas últimas prestações de contas	Regime contabilístico	Subsistemas Contabilísticos	Instrumentos contabilísticos (Normas aplicáveis)
$\leq 1.000.000 \text{ €}$	Regime Simplificado (Microentidades)	- Orçamental	- NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental; - Divulgação do Inventário do Património
$> 1.000.000 \text{ €}$ e $\leq 5.000.000 \text{ €}$	Regime Simplificado (Pequenas Entidades)	- Financeira - Orçamental - Gestão	-NCP-PE – Norma de Contabilidade Pública para as Pequenas Entidades (Única Norma de Contabilidade Financeira); - NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental; -NCP 27 – Contabilidade de Gestão; -PCM - Plano de Contas Multidimensional
$> 5.000.000 \text{ €}$	Regime Geral	- Financeira - Orçamental - Gestão	-EC - Estrutura Conceptual; -Normas de Contabilidade Pública (Normas 1 a 27); -PCM - Plano de Contas Multidimensional

Subsistemas e instrumentos contabilísticos aplicáveis ao regime geral e aos regimes simplificados

Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos. Isto é:

- i. Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;
- ii. Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.

Assim, os registos contabilísticos e a prestação de contas da Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, relativo ao ano de 2025, foram elaborados e preparados



em conformidade com os instrumentos aplicáveis ao regime simplificado para pequenas entidades

3. Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

O exercício de 2025 caracterizou-se por uma navegação prudente num cenário de transição económica global, marcado por uma complexidade geopolítica persistente que continuou a testar a resiliência das cadeias de valor internacionais. A volatilidade observada nos mercados de mercadorias, embora menos acentuada do que em períodos homólogos anteriores, manteve-se como um fator de incerteza estrutural, exigindo das organizações uma capacidade de adaptação contínua e uma gestão rigorosa do risco de exposição a choques exógenos, nomeadamente face à reconfiguração das rotas logísticas e à volatilidade dos preços energéticos.

No domínio da política monetária, assistiu-se a uma consolidação do movimento de desinflação nas economias desenvolvidas, com o IHPC a convergir para patamares próximos dos 2,1%, fruto da eficácia dos mecanismos de transmissão implementados pelos principais bancos centrais. Contudo, esta trajetória de convergência para a estabilidade de preços revelou-se assimétrica; enquanto os preços dos bens beneficiaram da normalização das cadeias de abastecimento, a rigidez dos custos salariais unitários no setor dos serviços impôs a manutenção de condições financeiras restritivas. Este enquadramento de juros elevados, embora em fase de flexibilização gradual, condicionou as decisões de investimento e a gestão da liquidez, obrigando a um foco redobrado na otimização da estrutura de capital e na procura de eficiência operacional.

A dinâmica da atividade económica demonstrou, contudo, uma robustez superior às projeções iniciais, com Portugal a registar um crescimento do PIB de 2,1%, ancorado na solidez do mercado de trabalho e na aceleração da execução



dos fundos europeus. Apesar de um abrandamento pontual do consumo privado em certas geografias da área do euro, a dissipação dos constrangimentos logísticos e a manutenção do pleno emprego permitiram uma recuperação gradual das margens operacionais. Este equilíbrio entre o rigor monetário e a resiliência do produto configurou um ambiente de mercado exigente, onde a distinção competitiva residiu na agilidade estratégica e na capacidade de mitigar os impactos da fragmentação geoeconómica global.

As perspetivas de curto e médio prazo permanecem sujeitas a riscos descendentes, nomeadamente no que concerne ao ressurgimento de políticas protecionistas — com particular destaque para a incerteza em torno das tarifas comerciais globais — e à reconfiguração das alianças comerciais estratégicas. A monitorização constante destes vetores de instabilidade, aliada à manutenção de excedentes orçamentais e externos, é fundamental para assegurar a sustentabilidade do modelo de negócio, garantindo que a organização permanece apta a capitalizar oportunidades num contexto de transformação digital acelerada e de transição energética imperativa.

Principais Indicadores da Economia Mundial

Indicador	2024	2025 *	2026 *
Crescimento do PIB mundial	3,3%	3,2%	3,1%
Inflação mundial	4,6%	4,1%	3,8%
Crescimento do comércio mundial	1,7%	3,0%	3,3%
Taxa de juro média economias avançadas	4,5%	4,0%	3,5%

* valores projetados

Fonte: FMI, Banco Mundial, BCE



Área do Euro

A economia da área do euro tem demonstrado uma resiliência assinalável num contexto global adverso, com o PIB real a registar um crescimento de 0,3% no terceiro trimestre de 2025. Este desempenho superou as expectativas anteriores, apesar da volatilidade observada na primeira metade do ano, em grande parte influenciada pela antecipação de fluxos comerciais face ao aumento das tarifas alfandegárias dos EUA e pela incerteza associada. A procura interna consolida-se como o principal motor do crescimento, sustentada pelo aumento dos salários reais e por um mercado de trabalho que mantém níveis historicamente baixos de desemprego. Segundo as projeções de dezembro de 2025, o crescimento anual do PIB real deverá situar-se em 1,4% em 2025, moderando ligeiramente para 1,2% em 2026, antes de retomar a trajetória de 1,4% em 2027 e 2028.

No que respeita à dinâmica dos preços, o processo de desinflação na área do euro prossegue de forma sólida. A inflação medida pelo IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) deverá atingir a meta de 2% no médio prazo, com projeções de 2,1% para 2025, 1,9% em 2026, 1,8% em 2027 e regressando aos 2,0% em 2028. Esta trajetória é apoiada pela redução das pressões externas e pela normalização da oferta, compensando a persistência da inflação nos serviços, que ainda reflete o dinamismo do crescimento salarial. A inflação subjacente (IHPC excluindo energia e bens alimentares) deverá ser mais persistente no curto prazo, situando-se em 2,4% em 2025, mas convergindo gradualmente para os 2,0% até ao final do horizonte de projeção.

A política monetária do Banco Central Europeu tem vindo a transitar de uma fase restritiva para uma normalização gradual, com o alívio das taxas de juro a permitir uma melhoria progressiva das condições de financiamento. Contudo, o investimento empresarial e residencial continua a recuperar de forma lenta, ainda condicionado pelo impacto desfasado do aperto monetário anterior. Do lado orçamental, prevê-se uma redução gradual do défice da área do euro, passando de 3,0% do PIB em 2024 para cerca de 2,4% em 2027, refletindo a

retirada de medidas de apoio energético e uma orientação orçamental ligeiramente restritiva, embora o rácio da dívida pública se deva manter globalmente estável em torno dos 89%.

O cenário de riscos permanece equilibrado para a inflação, mas orientado para o sentido descendente no que toca ao crescimento económico. A principal fonte de incerteza reside no ambiente geopolítico e nas potenciais tensões comerciais globais, que podem afetar a confiança e os fluxos de exportação. Adicionalmente, o documento destaca o impacto das políticas de transição climática, que poderão introduzir pressões temporárias nos custos, mas que são fundamentais para a resiliência estrutural da economia europeia a longo prazo.

Principais Indicadores da Área do Euro

Indicador	2024	2025 *	2026 *
Crescimento do PIB	0,7%	1,4%	1,2%
Consumo privado	1,0%	1,4%	1,6%
Investimento	1,2%	1,8%	2,2%
Inflação (IHPC)	2,4%	2,1%	1,9%
Taxa de desemprego	6,5%	6,4%	6,3%

* valores projetados

Fonte: BCE, Eurostat

A atividade económica da área do euro tem apresentado um crescimento moderado. O consumo privado tem sido sustentado pelo aumento dos salários reais e pela robustez do mercado de trabalho, enquanto o investimento continua



condicionado por níveis ainda elevados de incerteza económica e pelos custos de financiamento.

Economia portuguesa

A economia portuguesa deverá consolidar a sua trajetória de crescimento em 2025, com uma expansão prevista do PIB de 2,1%, posicionando-se novamente acima da média da área do euro. Este desempenho é particularmente relevante num contexto global marcado por incertezas geopolíticas e pela reconfiguração das cadeias de valor, sendo impulsionado por uma robusta procura interna que compensa a moderação verificada na procura externa. A resiliência do consumo privado, sustentada pelo crescimento dos salários reais e por um mercado de trabalho que mantém níveis de emprego em máximos históricos, constitui o alicerce deste dinamismo. A taxa de desemprego deverá estabilizar nos 6,4%, beneficiando não só da vitalidade económica setorial, mas também da integração de fluxos migratórios que têm ajudado a mitigar a escassez de mão-de-obra e a sustentar a sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

No capítulo do investimento, a Formação Bruta de Capital Fixo (GFCF) assume um papel central com um crescimento projetado de 4,9%. Este avanço é catalisado pela aceleração da execução financeira do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que entra numa fase crítica de entrega de marcos e metas, e pelas condições de financiamento que, embora ainda restritivas, começam a refletir a normalização da política monetária do Banco Central Europeu. Paralelamente, o setor exportador continua a demonstrar uma capacidade de adaptação notável, com as exportações de bens e serviços a crescerem 3,2%, impulsionadas pelo turismo e pela crescente especialização em serviços de maior valor acrescentado, o que permite a manutenção de excedentes externos significativos.

A evolução dos preços aponta para uma convergência estável com o objetivo de médio prazo. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá



fixar-se nos 2,2%, refletindo o fim dos efeitos de base nos preços da energia e a moderação na inflação dos bens alimentares. No entanto, a inflação subjacente — que exclui as componentes mais voláteis — requer uma monitorização atenta devido à pressão exercida pelos custos salariais unitários no setor dos serviços. No plano orçamental, Portugal deverá manter uma posição sólida, com um saldo orçamental excedentário de 0,4% do PIB, permitindo uma redução contínua do rácio da dívida pública, o que reforça a credibilidade externa do país e cria margem de manobra para enfrentar eventuais choques assimétricos no futuro.

Principais Indicadores da Economia Portuguesa

Indicador	2024	2025 *	2026 *
PIB real	1,7%	2,1%	2,1%
Consumo privado	2,3%	2,2%	2,1%
Investimento (FBCF)	4,2%	4,0%	6,0%
Exportações	3,1%	1,1%	2,6%
Inflação (IHPC)	2,6%	2,2%	2,1%
Taxa de desemprego	6,3%	6,4%	6,4%

* valores projetados

Fonte: Banco de Portugal – Boletim Económico 2025

4. Organização da Freguesia

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a constituição, composição e organização dos Órgãos das Autarquias Locais, são reguladas pela Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do nº1 do artigo 5º da Lei 75/2013, de 12 de setembro,



os Órgãos representativos da Freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

O ano de 2025 ficou marcado pela renovação dos órgãos autárquicos decorrente das eleições autárquicas de 12/10/2025, tendo o novo executivo tomado posse em 31/10/2025. O presente relatório reflete, por isso, dois períodos de gestão distintos, com separação de gerências nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas.

Órgão executivo

Membros em funções até 30/10/2025

Nome	Cargo	Regime de Permanência
Carla Sofia da Silva Soares Maia	Presidente	Tempo-Inteiro
Maria João de Freitas Arriscado Nunes	Vogal Secretário	Compensação
Luís Manuel Noura Grabulho	Vogal Tesoureiro	Tempo-Inteiro
Paula Maria Coelho Martins	Vogal	Senhas de Presença
Miguel Maria Barros Carvalho Guimarães	Vogal	Meio-Tempo
Rosa Maria Tavares Duarte	Vogal	Meio-Tempo
José António da Silva Barradas	Vogal	Senhas de Presença

Composição do órgão executivo



Membros em funções de 31/10/2025 a 31/12/2025

Nome	Cargo	Regime de Permanência
Pedro Jorge Ribeiro Teichgräber	Presidente	Tempo-Inteiro
Maria José Pinto de Mesquita Vasconcelos e Sousa Lacerda	Vogal Secretário	Compensação
Sara Azevedo Vilela Montenegro	Vogal Tesoureiro	Tempo-Inteiro
Maria Gabriela Escobar Rodrigues Marques	Vogal	Senhas de Presença
Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto	Vogal	Meio-Tempo
Miguel Maria Barros de Carvalho Guimarães	Vogal	Meio-Tempo
Luís Filipe Nascimento da Silva	Vogal	Senhas de Presença

Composição do órgão executivo

De acordo com o disposto no artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia, entre outras:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e



obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;

- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

Órgão deliberativo

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a Mesa da Assembleia a seguinte composição.

Membros em funções até 30/10/2025

Nome	Cargo
José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão	Presidente
Carla Elisabete de Oliveira e Silva	1º Secretário
Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages	2º Secretário

Composição do órgão deliberativo

Membros em funções de 31/10/2025 a 31/12/2025

Nome	Cargo
Carla Sofia da Silva Soares Maia	Presidente
Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro	1º Secretário
Luís Filipe da Silva Pereira	2º Secretário

Composição do órgão deliberativo



Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

Estrutura Orgânica dos Serviços

Os serviços da Junta de Freguesia regem-se pelos seguintes princípios orientadores gerais:

- Priorizar o contacto mais próximo com a população e o serviço do interesse público;
- Realizar de forma plena, oportuna e eficiente das tarefas a cada um destinado;
- Rentabilizar e maximizar os recursos disponíveis;
- Promover a participação organizada dos agentes sociais e população na atividade da Freguesia;
- Promover uma boa imagem do poder local;



- Prestar à população serviços de qualidade, obtendo um índice elevado de satisfação;
- Reconhecimento cívico, ético e profissional dos trabalhadores.

O Executivo procurou administrar os recursos humanos existentes numa perspetiva da melhor adaptação de cada um ao seu posto de trabalho, como melhor resposta ao funcionamento dos serviços de forma equilibrada, reduzindo fenómenos de absentismo ou conflitualidade e melhorando a imagem dos serviços e a qualidade da prestação dos mesmos.

5. Atividades Desenvolvidas

Neste ciclo político, a estas prioridades agregam-se os seguintes objetivos estratégicos transversais a toda a autarquia, e que se passam a analisar mais em detalhe:

Educação & Juventude

Ao longo do ano letivo, foram assinalados diversos momentos do calendário escolar e comunitário — nomeadamente Carnaval, Dia da Criança e Natal — através do apoio logístico, institucional e financeiro às atividades promovidas pelas escolas do 1.º ciclo e respetivas associações de pais.

A União das Freguesias assegurou ainda a colaboração na organização das atividades de final de período, em articulação com docentes, coordenações escolares e associações de pais, contribuindo para a realização de momentos de convívio, apresentações e atividades culturais envolvendo a comunidade educativa.

Sempre que solicitado, foram concedidos apoios financeiros e logísticos, reforçando a relação de proximidade com os estabelecimentos de ensino e promovendo a participação ativa das crianças e famílias.

Destacam-se, entre outras, as seguintes iniciativas:



Natal Solidário — A Junta de Freguesia atribuiu cabazes de Natal às Associações de Pais das escolas EB1 da União das Freguesias, destinados a apoiar famílias da comunidade escolar em situação de maior vulnerabilidade.

Dia da Criança — A União das Freguesias apoiou as iniciativas organizadas pelas EB1, assinalando uma data dedicada à alegria, à curiosidade e ao bem-estar das crianças, reforçando a importância de garantir condições para uma infância saudável, protegida e feliz.

Reunião com a comunidade educativa — Em novembro, decorreu no Salão Nobre de Massarelos uma sessão de trabalho com o Executivo, coordenadores das escolas do 1.º ciclo, associações de pais e PSP, no âmbito do Programa Escola Segura, com vista à preparação do ano letivo, reforço das parcerias e abordagem de matérias relacionadas com segurança e proximidade escolar.

Programas ATL para Todos e Jovens com Futuro — Estes programas mantiveram-se como respostas relevantes de apoio às famílias, promovendo igualdade de oportunidades no acesso a atividades educativas, culturais, desportivas e de tempos livres. De referir que trinta e oito crianças foram acompanhadas no Programa ATL para Todos e trinta e seis no Programa Jovens com Futuro.

Em todas as Escolas do 1º ciclo assinalaram-se os diferentes dias temáticos, dia de Carnaval, da criança, a celebração do Natal, entre outras.

No final de cada período letivo, houve colaboração e organização das festas, em conjunto com os professores, coordenadores de escola, com a realização de diversas atuações das crianças. Estas iniciativas sempre que foram solicitados apoios na sua execução, a UFLOM participou contribuindo para estimular e fortalecer as relações com a comunidade escolar.

No âmbito do apoio à comunidade educativa, foram atribuídos apoios financeiros às associações de pais e agrupamentos escolares, num investimento global de 14.428,36 €, conforme se apresenta:



Agrupamentos/Associação de Pais	Valor Atribuído
Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra Filho	3 739,00 €
Agrupamento de Escolas Garcia da Orta	680,00 €
Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique	5 252,00 €
Agrupamento de Escolas Manoel Oliveira	3 326,86 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB Paulo da Gama	1 430,50 €
Total	14 428,36 €

De salientar ainda que a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos foi distinguida com a Bandeira de Mérito Social 2025, atribuída pela Associação Nacional de Gerontologia Social, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população. Esta distinção evidencia o compromisso da autarquia na implementação de respostas sociais estruturadas e inclusivas, com especial destaque para os programas “ATL para Todos” e “Jovens com Futuro”, orientados para o apoio, inclusão e desenvolvimento integral de crianças e jovens da freguesia. Esta distinção constitui igualmente um reconhecimento externo da qualidade técnica da intervenção social desenvolvida pela autarquia, reforçando a sua credibilidade institucional e posicionamento ao nível das boas práticas nacionais.

Ação Social

A Ação Social afirmou-se, ao longo de 2025, como um dos eixos estruturantes da intervenção da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, consolidando uma resposta técnica qualificada, contínua e orientada para a mitigação de situações de vulnerabilidade social, económica, habitacional e psicossocial.

O Gabinete de Ação Social assegurou uma intervenção especializada, baseada em metodologias de diagnóstico social rigoroso, gestão técnica de casos e



acompanhamento sistemático, integrando práticas de avaliação multidimensional das necessidades e definição de planos de intervenção individualizados. Esta atuação foi sustentada por uma lógica de proximidade, assente na relação de confiança com os fregueses e na mobilização articulada dos recursos da comunidade.

Intervenção desenvolvida

A intervenção integrou, de forma articulada:

- Atendimento técnico especializado e acompanhamento social continuado;
- Visitas domiciliárias e monitorização de situações de risco;
- Elaboração de relatórios sociais e pareceres técnicos;
- Encaminhamento para respostas institucionais e serviços externos;
- Apoio psicossocial e mediação social;
- Articulação interinstitucional em rede (CLASP, Segurança Social, Domus Social, unidades de saúde, PSP e Polícia Municipal).

Indicadores de atividade

Com base na consolidação anual dos dados disponíveis, destacam-se os seguintes indicadores:

- 476 atendimentos gerais à população;
- 573 apoios em cabaz alimentar;
- 176 apoios no âmbito do Fundo de Emergência Social;
- 60 acompanhamentos no Programa PAPI;
- 46 acompanhamentos no Programa Estamos Juntos + 65 - A Câmara do Porto celebrou com a Domus Social e a União de Freguesias um protocolo de colaboração, no âmbito do programa municipal “Estamos Juntos”, com vista a



dar uma solução integrada e gratuita à população sénior do concelho com mais de 65 anos, que viva em situação de isolamento social e se encontrem em situação de carência humana.

- 108 visitas domiciliárias.

Indicadores técnicos relevantes

- Produção de relatórios sociais e pareceres técnicos;
- Realização de reuniões técnicas interinstitucionais no âmbito da gestão de casos e trabalho em rede;

Modelo de intervenção

A atuação do Gabinete de Ação Social enquadra-se numa abordagem integrada e sistémica, alinhada com o Modelo de Intervenção Social Integrada de Casos (MIAGC), assente em:

- Centralidade da pessoa e respeito pela dignidade humana;
- Promoção da autonomia e capacitação dos indivíduos e famílias;
- Intervenção em rede e complementaridade institucional;
- Adequação das respostas às especificidades dos contextos;
- Prevenção e mitigação de situações de exclusão social;

Este modelo permitiu não só responder a necessidades imediatas, mas também atuar ao nível das causas estruturais das vulnerabilidades.

Fundo de Emergência Social

O Fundo de Emergência Social manteve-se como um instrumento fundamental de resposta célere e dirigida a situações de maior fragilidade socioeconómica.

Execução anual



- 176 apoios concedidos.
- 137 agregados familiares apoiados (estimativa consolidada dos períodos disponíveis).

Tipologia de apoios

Os apoios atribuídos incidiram maioritariamente nas seguintes áreas:

- Saúde (medicação, próteses, cuidados essenciais).
- Habitação (rendas, apoio a despesas domésticas).
- Energia e serviços básicos (água, eletricidade, gás).
- Apoios pontuais (educação, equipamentos essenciais e outras necessidades urgentes).

A intervenção evidenciou uma forte incidência nas despesas de saúde e habitação, refletindo dificuldades estruturais no acesso a cuidados e na manutenção de condições habitacionais adequadas.

Impacto social

A intervenção desenvolvida ao longo de 2025 evidenciou impacto significativo ao nível:

- Redução de situações de privação material imediata;
- Estabilização de agregados familiares em situação de risco;
- Reforço das redes de suporte social;
- Promoção da autonomia e inclusão social;
- Melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

Tendências identificadas



Verificou-se uma crescente complexificação das problemáticas sociais, com destaque para:

- Aumento de situações de fragilidade ao nível da saúde mental
- Dificuldades no acesso à habitação
- Precariedade económica e instabilidade laboral
- Isolamento social, sobretudo na população idosa

A Ação Social consolidou-se como uma resposta pública de proximidade, tecnicamente qualificada e socialmente determinante, assumindo um papel central na promoção da coesão social e na proteção das populações mais vulneráveis.

Atividades de envelhecimento ativo e inclusão

Ao longo de 2025, foram desenvolvidas diversas iniciativas dirigidas à população sénior, com o objetivo de promover o envelhecimento ativo, combater o isolamento, reforçar os laços comunitários e valorizar a participação social.

Destacam-se:

Dia de Reis — Iniciativa dirigida aos utentes do Centro de Convívio e do Centro de Dia, com almoço convívio, animação musical e baile, contando com a participação de 95 utentes.

Cantar das Janeiras — Dinamizado pelos utentes do Espaço Sénior da Arrábida, preservando uma tradição cultural e promovendo momentos de convívio e partilha comunitária.

Passeio Sénior e Festa de Carnaval na Quinta de Mourão — Realizado a 27 de fevereiro, incluiu visita a Aveiro e almoço convívio em Tentúgal, com cerca de 600 participantes.



Baile da Primavera Sénior — Iniciativa de convívio e promoção do envelhecimento ativo.

36.º aniversário do Centro Social da Arrábida — Assinalado em abril, valorizando uma resposta social de referência na promoção da dignidade, cuidado e bem-estar da população idosa.

Visita à Romaria do Senhor de Matosinhos — Atividade dirigida aos utentes dos Espaços Seniores, promovendo convívio, tradição e participação comunitária.

Passeio Sénior a Pedras Salgadas — Realizado a 23 de julho, reuniu cerca de 700 participantes, proporcionando momentos de contacto com a natureza, convívio e enriquecimento cultural.

Dia dos Avós — Assinalado a 28 de julho com uma viagem de barco pelas pontes do Porto e almoço convívio, valorizando o papel dos avós enquanto pilares das famílias e da comunidade.

Colónia Balnear — Decorreu na primeira semana de agosto, proporcionando à população sénior momentos de lazer, exercício físico, convívio e promoção da saúde.

Comemorações de Halloween nos Espaços Seniores — Atividades de animação, criatividade e convívio nos equipamentos seniores da Junta.

Almoço de Natal dos Espaços Seniores — Realizado em dezembro, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, constituindo um momento de convívio, celebração e valorização da população sénior.

Cabaz de Natal 2025 — Entre 2 e 9 de dezembro decorreu o processo de inscrições para o Programa Cabaz de Natal 2025, destinado a agregados familiares recenseados na freguesia e em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, com avaliação técnica pelo Serviço Social.

- **Primeira Residência Sénior Partilhada no Bairro da Pasteleira** - No âmbito do reforço das respostas sociais dirigidas à população idosa, foi inaugurada, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, a primeira Residência Sénior Partilhada, integrada no parque habitacional municipal do Porto. Esta estrutura passou a acolher três utentes, assegurando condições habitacionais dignas, seguras e orientadas para a promoção do envelhecimento ativo e saudável. A cerimónia de entrega das chaves contou com a presença de representantes do Município, da Junta de Freguesia, da Domus Social e das equipas técnicas envolvidas, constituindo um momento de elevado significado institucional e comunitário. Esta resposta configura-se como um projeto inovador no território, assente em modelos de proximidade, inclusão e autonomia, contribuindo de forma consistente para a melhoria da qualidade de vida da população sénior.

Saúde

A intervenção na área da saúde centrou-se na promoção do bem-estar, prevenção da doença e reforço das respostas de proximidade, com especial enfoque na saúde mental.

O Gabinete de Psicologia manteve-se como uma resposta essencial, tendo sido realizadas 127 consultas, evidenciando uma procura significativa associada a situações de ansiedade, depressão e fragilidade emocional.

Paralelamente, foram desenvolvidas ações de saúde comunitária, nomeadamente:

- Serviço de enfermagem (monitorização de parâmetros de saúde);
- Campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica de cães;
- Parcerias institucionais com entidades de saúde, incluindo a Universidade Fernando Pessoa, na área da saúde oral.



A intervenção desenvolvida reforça a importância das respostas de proximidade na promoção da saúde e na prevenção de situações de risco.

Cultura

A cultura afirmou-se como eixo estratégico de coesão social e valorização da identidade local, através de uma programação descentralizada, inclusiva e orientada para diferentes públicos. A cultura afirmou-se como instrumento de coesão, proximidade e dinamização territorial, com iniciativas realizadas em igrejas, associações, espaços seniores, equipamentos públicos e espaço público.

Destacam-se as seguintes atividades:

XIV Encontro de Janeiras — Realizado a 11 de janeiro, na Igreja do Santíssimo Sacramento, com participação de vários grupos locais e regionais, promovendo a música tradicional e o património cultural.

Dia Internacional da Mulher — Assinalado em março, com iniciativa dedicada às mulheres da comunidade, valorizando o seu papel social e contributo para a vida coletiva.

IX Concurso de Fado Amador — Teve início em março, com eliminatórias em várias coletividades locais, afirmando-se como projeto cultural de valorização do fado e de novos talentos.

Sessão “Cantar Abril” — Encerramento das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, com concerto no Salão Nobre de Lordelo do Ouro.

Ensaios da Rusga de São João — Realizados na Escola Infante D. Henrique, preparando a participação da freguesia nas Rusgas de São João do Porto.

Rusga de São João — A União das Freguesias alcançou o 2.º lugar no Concurso das Rusgas de São João do Porto, com participação expressiva da comunidade e forte afirmação da identidade local.



Festas de São João — Decorreram entre 14 e 30 de junho, no Largo do Calem e no Cais das Pedras, com música, animação, barraquinhas e forte envolvimento associativo.

Sardinhada de São João Sénior — Realizada nos Espaços Seniores (Centro social da Arrábida), com almoço convívio, sardinhas assadas, música e animação.

Fado D'Ouro — Realizado em julho na Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, com a fadista Cátia de Oliveira, reforçando o acesso à cultura em contexto comunitário.

Festa de São Telmo — Celebração religiosa e cultural ligada à memória dos homens do mar, com procissão terrestre e fluvial, Eucaristia e momentos de folclore.

XV Festival de Folclore Dr. Pedro Homem de Mello — Realizado na Concha Acústica do Palácio de Cristal, com participação de grupos folclóricos e centenas de pessoas.

Final do IX Concurso de Fado Amador — Realizada no Teatro Campo Alegre, com finalistas e forte adesão do público, confirmando a relevância do fado na programação cultural da freguesia.

Festa de Santa Ana — Realizada no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, com programa musical, animação familiar, missa campal e participação comunitária.

Vizinhanças 2025 — Realizado no Jardim do Calem, com oficinas criativas, performances, música e atividades para famílias, afirmando o espaço público como lugar de cultura e encontro.

Programação de Natal — A iniciativa “Natal na Rua” levou concertos, música e momentos de animação natalícia a diferentes espaços da União das Freguesias.



Desporto e Associativismo

O apoio ao associativismo constituiu um instrumento fundamental de dinamização territorial, reforçando a capacidade de intervenção das entidades locais.

A União das Freguesias manteve, em 2025, o apoio ao movimento associativo, reconhecendo o papel das coletividades, clubes e associações na promoção da coesão social, da prática desportiva, da cultura, da juventude e do ambiente.

Foram apoiadas iniciativas de natureza cultural, social, recreativa e desportiva, através de apoios financeiros, logísticos e institucionais.

Destacam-se:

Orçamento Colaborativo

No âmbito do reforço da cooperação entre o Município do Porto, as freguesias e a comunidade, foi estabelecido um modelo de colaboração com a União de Freguesias, promovendo uma maior proximidade com os cidadãos.

O Orçamento Colaborativo constitui um instrumento de democracia participativa, através do qual os cidadãos e entidades locais podem apresentar propostas de investimento orientadas para a sustentabilidade, a cultura, a economia, a coesão social e a melhoria da qualidade de vida no território.

Em 2025, o Orçamento Colaborativo contemplou a execução de quarenta projetos, num investimento global de 150.000,00€.

Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2025 — Renovado em parceria com o Município do Porto, destinado a associações, coletividades, clubes e instituições sem fins lucrativos, com intervenção nas áreas da coesão social, cultura, desporto, juventude e ambiente.

Os eixos de intervenção elegíveis abrangem a coesão social, cultura e animação, desporto, juventude e ambiente.



Em 2025, o Fundo de Apoio ao Associativismo contemplou a execução de vinte e quatro projetos, num total de 120.000,00€, reforçando a capacidade de intervenção das entidades locais e o papel do movimento associativo na dinamização comunitária.

Descida de Barcos – 25 de Abril – Inserida nas comemorações da Revolução de Abril, com apoio à Associação Náutica Desportiva e Cultural Portus Cale.

Noites de Verão – Realizadas no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, com música e animação, promovendo o convívio e o espírito comunitário.

Almoço das Rugas de São João – Realizado a 13 de julho, no Instituto Pernambuco, para celebrar o 2.º lugar conquistado pela Rusga da UFLOM.

Magusto do Grupo Folclórico de Lordelo do Ouro – Iniciativa cultural e comunitária assinalada no quarto trimestre, com participação do Executivo e valorização do património cultural local.

14.º aniversário da Associação de Moradores Dr. Nuno Pinheiro Torres – Momento de celebração associativa e reconhecimento do trabalho comunitário desenvolvido pela associação.

- No quadro que se apresenta estão as coletividades/ associações que receberam apoio, bem como os valores atribuídos:

Coletividades/Associações	Valor Atribuído
Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro	2 749,95 €
ANUC-Associação da Nova Urbanização das Condominhas	1 250,00 €
Associação Das Obras Sociais De S Vicente De Paulo	2 450,00 €
Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre	1 250,00 €
Associação de Moradores de Massarelos	1 250,00 €
Associação de Moradores do Bairro do Aleixo	4 950,00 €



Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres	2 520,00 €
Associação de Promoção Social do Bairro do Aleixo	2 250,00 €
Associação Náutica Desportiva e Cultural Portucale	1 000,00 €
Caminhos de Amor - Associação de Apoio aos Mais Carentiados	500,00 €
Clube Infante Sagres	1 000,00 €
Colégio Nossa Sra. De Lourdes	260,00 €
Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos	2 200,00 €
Corpo Nacional de Escutas	1 000,00 €
Escola de Música Guilhermina Suggia	1 500,00 €
Grupo de Ação Social - G.A.S. Porto	500,00 €
Grupo de Folclore da Escola Secundária Infante D. Henrique	1 545,30 €
Grupo Folclórico de Lordelo do Ouro	3 250,00 €
Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Lordelo do Ouro	750,00 €
Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto	5 000,00 €
Real Clube Fluvial Portuense	3 000,00 €
Somos Nós - Associação para a Autonomia e Integração de Jovens Deficientes	1 000,00 €
União Desportiva de Massarelos	400,00 €
Total	41 575,25 €

Recursos Humanos

No domínio dos Recursos Humanos, a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos prosseguiu uma estratégia orientada para a valorização, capacitação e qualificação contínua dos seus colaboradores. A aposta na formação assumiu particular relevância em áreas críticas para o desempenho das funções,



nomeadamente através da realização de ações de defesa pessoal, dirigidas ao reforço da segurança, da autoconfiança e da capacidade de resposta perante situações de maior risco ou tensão no atendimento e no exercício das funções operacionais. Estas iniciativas contribuíram para o reforço das competências técnicas, relacionais e operacionais das equipas, promovendo maior preparação, segurança e qualidade na prestação do serviço público. A valorização dos trabalhadores constitui, assim, um eixo essencial para garantir uma autarquia mais eficiente, próxima e capaz de responder às necessidades da população.

Habitação & Segurança

A Junta assumiu um papel de interface entre os cidadãos e as entidades competentes, assegurando o encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas com espaço público, segurança, mobilidade e ambiente urbano.

No setor da habitação, a Junta de Freguesia manteve articulação permanente com a Câmara Municipal do Porto e a Domus Social, apoiando os moradores na submissão de candidaturas, atualização de dados e acompanhamento de situações habitacionais complexas. Foram acompanhados processos de habitação, candidaturas ao Porto Solidário e atualizações junto da Domus Social, registando-se 18 processos de pedido de habitação.

No domínio da segurança e espaço público, a Junta assegurou o registo, análise e encaminhamento de ocorrências reportadas pelos cidadãos, associações e coletividades, articulando com a Câmara Municipal do Porto, PSP, Polícia Municipal e Proteção Civil sempre que necessário.

Foram registados pedidos relacionados com:

- Limpeza de vegetação;
- Reparação de passeios e pavimentos;
- Iluminação pública;
- Insegurança;



- Trânsito e mobilidade;
- Ruído;
- Resíduos urbanos;
- Saneamento;
- Colocação de lombas e sinalização.

Ambiente

A intervenção ambiental centrou-se na sensibilização, encaminhamento de ocorrências e promoção de práticas sustentáveis, destacando-se a continuidade da Operação Tampinhas. A Operação Tampinhas manteve-se como iniciativa relevante, associando a recolha de tampas de plástico à possibilidade de aquisição e doação de equipamentos de apoio, como cadeiras de rodas, reforçando simultaneamente a educação ambiental e a solidariedade.

Foram ainda acompanhadas diversas ocorrências relacionadas com limpeza urbana, vegetação, espaços públicos, resíduos e manutenção de áreas verdes, encaminhadas para as entidades competentes.

Gestão Administrativa

- Nos quadros infra são apresentados os relatórios sectoriais de todos os serviços quantificados e qualificados:

Posto dos CTT de Lordelo	
Tipo de serviço	Nº
Carregamento de telemóveis	17
Cobranças	1560
Emissão de Vales	87



EMS	203
Encomendas	826
Entrega de Avisados	4777
Guias contratuais	50
Pagamento de SCUT	29
Pagamento de vales	719
Registo de correspondência	1665

Espaço de cidadão	
Tipo de serviço	Nº
Instituto da Mobilidade e dos Transportes	186
Segurança Social	696
Autoridade Tributária	334
Renovação do Cartão de Cidadão	01
AMA	554
IRN	03
Assuntos Diversos	34



Secretaria	
Tipo de serviço	Nº
Atestados emitidos	976
Bilha Solidária	06
Cedência Carrinha	22
Licenças canídeos	264
Registo de canídeos	36
Reserva Salão/ Espaços	19

Cemitério	
Tipo de serviço	Nº
Cinzas	25
Exumações	25
Intervenções	42
Inumações	44
Ocupação de Ossários	54
Transladações	04

Atividade Institucional

Ao longo de 2025, o Executivo participou em reuniões, atos públicos, sessões institucionais, assembleias, iniciativas comunitárias e encontros com parceiros, evidenciando uma atuação próxima, participativa e articulada com os diversos agentes do território

Destacam-se:

- Reuniões do Executivo;
- Participação no Conselho Local de Ação Social do Porto;
- Assembleia Municipal;
- Reuniões com associações e entidades locais;
- Cerimónias institucionais;
- Atos públicos e eventos comunitários.

6. Relato Orçamental



No fim de mais um exercício económico e financeiro foram elaborados os documentos de Prestação de Contas, de modo rigoroso e transparente, de acordo com os princípios estabelecidos nas normas legais.

Tais documentos comportam um conjunto muito diversificado de informação, que se pretende simples e objetiva, de modo a servir os diferentes públicos interessados: institucionais, cidadãos e entidades fiscalizadoras.

Quadro n.º 1

Síntese da Execução do Orçamento

Designação	Orçamento		Execução	Taxa Execução
	Inicial	Final		
Receitas	1 859 069,98 €	2 505 811,97 €	2 491 885,32 €	99,44%
Despesas	1 859 069,98 €	2 505 811,97 €	1 964 603,56 €	78,40%

O orçamento inicial para 2025 foi aprovado inicialmente com uma previsão de 1.859.069,98 €, finalizando com 2.505.811,97 €.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final com os montantes executados da Receita e da Despesa, a taxa de execução da receita do ano é de 99,44% sendo superior à taxa de execução da despesa, situando-se esta nos 78,40%.

Resultado Orçamental

A receita cobrada totalizou 2.491.885,32 €, face à receita corrigida, apresentando uma execução de 99,44%.

Quadro n.º 2

Receita Corrigida vs Receita Cobrada



	Receita Corrigida	%	Receita Cobrada	%	Variação	%
Receitas Correntes	1 720 886,52 €	68,68%	1 700 489,87 €	68,24%	-20 396,65 €	
Receitas de Capital	30,00 €	0,00%	6 500,00 €	0,26%	6 470,00 €	
Outras Receitas	784 895,45 €	31,32%	784 895,45 €	31,50%	0,00 €	
	2 505 811,97 €		2 491 885,32 €		-13 926,65 €	99,44%

A despesa apresenta uma execução de 78,40%. A despesa global paga rondou os 1.964 mil euros, apresentando, contudo, um desvio de -541 mil euros relativamente ao orçamento final aprovado.

Quadro n.º 3

Despesa Corrigida vs Despesa Paga

	Despesa Corrigida	%	Despesa Paga	%	Variação	%
Despesa corrente	1 863 148,51 €	74,35%	1 578 321,22 €	80,34%	-284 827,29 €	
Despesa de capital	642 663,46 €	25,65%	386 282,34 €	19,66%	-256 381,12 €	
	2 505 811,97 €		1 964 603,56 €		-541 208,41 €	78,40%

Em termos relativos verifica-se a receita corrente representa 68,24% da receita cobrada total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 80,34% da despesa total.

No quadro seguinte é exposto o resultado orçamental de 2025, verificando-se uma poupança corrente no montante de 122.168,65 €, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas,



obrigando a que as receitas correntes sejam, pelo menos iguais às despesas correntes. Esta norma foi mantida na presente execução orçamental.

Quadro n.º 4

Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2025
Receita corrente cobrada	1 700 489,87 €
Despesa corrente paga	1 578 321,22 €
Poupança Corrente	122 168,65 €
Receita capital cobrada	6 500,00 €
Despesa capital paga	386 282,34 €
Saldo de Capital	-379 782,34 €
Receita Total cobrada	1 706 989,87 €
Despesa Total paga	1 964 603,56 €
Saldo da gerência anterior	993 204,28 €
Saldo Orçamental	735 590,59 €

As Operações de Tesouraria não fazem parte do orçamento, referem-se aos valores recebidos de terceiros e que serão pagos pela autarquia, servindo esta como intermediário obrigatório. O mapa seguinte reflete todas as operações efetuadas durante o presente exercício.

Quadro n.º 5

Operações de tesouraria

Operações de Tesouraria	Saldo Gerência Anterior	Movimento Débito	Movimento Crédito	Saldo para a Gerência Seguinte
	10 137,90 €	12 897,70 €	10 630,26 €	7 870,46 €



O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 743.461,05 €, que se decompõe em 735.590,59 € de saldo de operações orçamentais e 7.870,46 € de saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6

Saldo para a gerência seguinte

DESCRIÇÃO	Montante
Saldo Orçamental	735 590,59 €
Saldo Operações de tesouraria	7 870,46 €
Saldo para a gerência seguinte	743 461,05

Quadro n.º 6A

Saldo para a gerência seguinte

(de 01/01/2025 a 30/10/2025)

DESCRIÇÃO	Montante
Saldo Orçamental	761 168,43 €
Saldo Operações de tesouraria	4 886,00 €
Saldo para o mês Seguinte	766 054,43

Receita

As receitas da autarquia podem ser divididas em dois grandes grupos:

- Receitas próprias, que englobam os recursos financeiros que as freguesias podem arrecadar ao abrigo do Regime Financeiro das



Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (artigo 23.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro), nomeadamente: a cobrança de impostos, taxas, multas e outras penalidades e o produto da venda de bens e serviços correntes;

– Transferências, que podem assumir uma natureza corrente ou de capital e que por norma referem-se a rendimentos de transações que não envolvem uma contraprestação direta por parte da autarquia.

Estando a concretização da autonomia financeira das autarquias locais necessariamente dependente dos meios colocados ao seu dispor, para prossecução dos fins próprios, será relevante referir que os resultados da execução orçamental ainda estão muito dependentes das verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado.

A estrutura da execução da receita, no ano de 2025, encontra-se representada no quadro seguinte, permitindo uma avaliação da receita, não só através da análise ao grau de execução orçamental dos diferentes capítulos, assim como do peso de cada capítulo na receita global arrecadada pela autarquia.

Da análise ao quadro, é possível observar que a receita é constituída, maioritariamente, por Transferências Correntes (60,29%) e por Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de bens e serviços correntes, que representam, conjuntamente, 4,95% da receita total arrecadada.

O desempenho orçamental da receita registou no exercício uma boa execução face ao previsional, apresentando um grau de execução de 99,44% (incluindo na análise o efeito do saldo da gerência anterior).

Quadro n.º 7



Análise orçamental da receita

Descrição		Orçamento Receita	Receita Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução	Peso (%)
Receita Corrente	Impostos Diretos	68 168,00 €	68 168,00 €	72 951,76 €	107,02%	2,93%
	Impostos Indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Taxas, Multas e Outras Penalidades	17 368,00 €	17 368,00 €	13 284,84 €	76,49%	0,53%
	Rendimentos da Propriedade	10,00 €	10,00 €	199,20 €	1992,00%	0,01%
	Transferências Correntes	1 656 180,58 €	1 518 027,12 €	1 502 370,58 €	98,97%	60,29%
	Vendas de Bens/Serv. Correntes	117 303,40 €	117 303,40 €	110 004,92 €	93,78%	4,41%
	Outras Receitas Correntes	10,00 €	10,00 €	1 678,57 €	16785,70%	0,07%
Receita Corrente		1 859 039,98 €	1 720 886,52 €	1 700 489,87 €	98,81%	68,24%
Receita de Capital	Vendas de Bens de Investimento	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Transferências Capital	10,00 €	10,00 €	6 500,00 €	65000,00%	0,26%
	Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Outras Receitas Capital	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Receita de Capital		30,00 €	30,00 €	6 500,00 €	650,00 €	0,26%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Saldo da gerência anterior	0,00 €	784 895,45 €	784 895,45 €	100,00%	31,50%
Outras Receitas		0,00 €	784 895,45 €	784 895,45 €	100,00%	31,50%
Total da Receita		1 859 069,98 €	2 505 811,97 €	2 491 885,32 €	99,44%	100,00%

A rubrica em destaque na receita corrente é a Transferências Correntes cujo montante de receita cobrada atingiu os 1.502.370,58 euros, com uma taxa de execução de 98,97%.

Quadro n.º 8

Estrutura da Receita

	2025	%
Receitas Correntes	1 700 489,87 €	68,24%
Receitas de Capital	6 500,00 €	0,26%
Outras Receitas	784 895,45 €	31,50%
Total	2 491 885,32 €	

A receita corrente representa uma percentagem de 68,24%.

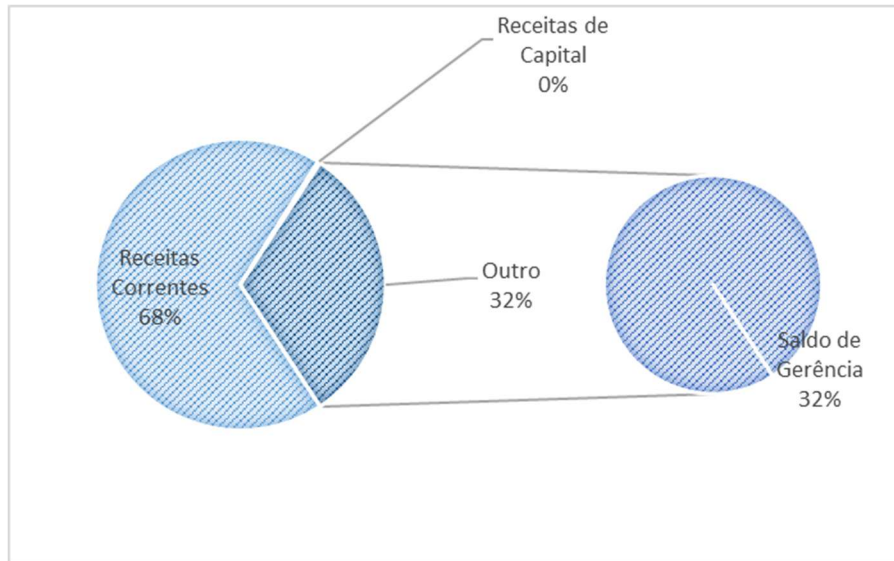


Gráfico 1 Estrutura da Receita

Evolução da Receita

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

Verifica-se uma inclinação crescente da receita corrente cobrada desde o ano de 2022. Face a 2024, o ano de 2025 encerra com um aumento na receita total cobrada na ordem dos 149 mil euros.

Quadro n.º 9

Evolução da Receita

	2022	2023	2024	2025
Receitas Correntes	1 213 944,07 €	1 506 386,83 €	1 551 841,53 €	1 700 489,87 €
Impostos directos	65 723,22 €	67 095,06 €	56 154,39 €	72 951,76 €
Impostos indirectos	- €	- €	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades	8 141,16 €	16 619,84 €	12 480,42 €	13 284,84 €
Rendimentos da propriedade	- €	13,13 €	199,20 €	199,20 €
Transferências correntes	1 086 637,51 €	1 336 011,82 €	1 384 231,90 €	1 502 370,58 €
Venda de bens e serviços correntes	50 446,96 €	83 596,10 €	97 287,16 €	110 004,92 €
Outras receitas correntes	2 995,22 €	3 050,88 €	1 488,46 €	1 678,57 €
Receitas de Capital	- €	- €	6 500,00 €	6 500,00 €
Venda de bens de investimento			- €	- €
Transferências de capital			6 500,00 €	6 500,00 €
Activos financeiros			- €	- €
Passivos financeiros			- €	- €
Outras receitas de capital			- €	- €
	1 213 944,07 €	1 506 386,83 €	1 558 341,53 €	1 706 989,87 €

Receitas Correntes

A Receita Corrente neste exercício ascende a 1.700 mil euros, sendo a rubrica transferências e subsídios aquela que apresenta maior relevância nominal e percentual.

Quadro n.º 10

Estrutura da Receita Corrente

	2025	%
Receitas Correntes	1 700 489,87 €	
R1 Receita fiscal	72 951,76 €	4,29%
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas d	- €	0,00%
R3 Taxas, multas e outras penalidades	13 284,84 €	0,78%
R4 Rendimentos de propriedade	199,20 €	0,01%
R5 Transferências e subsídios correntes	1 502 370,58 €	88,35%
R6 Venda de bens e serviços	110 004,92 €	6,47%
R7 Outras receitas correntes	1 678,57 €	0,10%

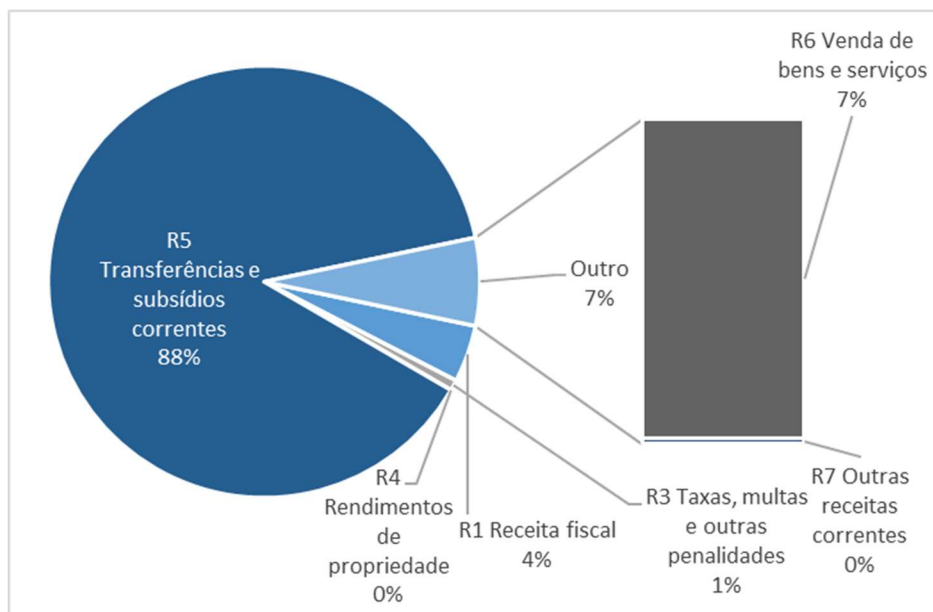


Gráfico 2 Estrutura da Receita corrente cobrada



01.	Impostos directos	Montante	72 951,76 €
	SNC-AP Rúbrica R1		

Neste capítulo serão contabilizados os impostos directos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R1 Receita fiscal		68 168,00 €	72 951,76 €
	0102 - Impostos directos	68 168,00 €	72 951,76 €
	0202 - Impostos indirectos	- €	- €

04.	Taxas, multas e outras penalidades	Montante	13 284,84 €
	SNC-AP Rúbrica R3		

Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de cães e aos atestados.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R3 Taxas, multas e outras penalidades		17 368,00 €	13 284,84 €
	0401 - Taxas	17 358,00 €	13 284,84 €
	0402 - Multas e outras penalidades	10,00 €	- €



05.	Rendimentos de propriedade	Montante	199,20 €
	SNC-AP Rúbrica R4		

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R4 Rendimentos de propriedade		10,00 €	199,20 €
	0501 - Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €
	0502 - Juros - Sociedades financeiras	10,00 €	199,20 €
	0503 - Juros - Administrações Públicas	- €	- €
	0505 - Juros - Famílias	- €	- €
	0507 - Dividendos e participações nos lucros de sociedades e qua	- €	- €
	0508 - Dividendos e participações nos lucros de sociedades finan	- €	- €
	0509 - Participações nos lucros de administrações públicas	- €	- €
	0510 - Rendas	- €	- €
	0511 - Activos incorpóreos	- €	- €

06.	Transferências correntes	Montante	1 502 370,58 €
	SNC-AP Rúbrica R5		

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rubrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado.

A rubrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para compartilhar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

A rubrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rubrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.



Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R5 Transferências e subsídios correntes		1 518 027,12 €	1 502 370,58 €
	0601 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	14 000,00 €	- €
	0602 - Sociedades financeiras	- €	- €
	0603 - Administração Central	483 789,84 €	479 104,98 €
	0604 - Administração regional	- €	- €
	0605 - Administração local	852 970,28 €	851 740,30 €
	0606 - Segurança social	167 247,00 €	171 525,30 €
	0607 - Instituições sem fins lucrativos	20,00 €	- €
	0608 - Famílias	- €	- €

07.	Venda de bens e serviços correntes	Montante	110 004,92 €
	SNC-AP Rúbrica R6		

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R6 Venda de bens e serviços		117 303,40 €	110 004,92 €
	0701 - Venda de bens	10,00 €	- €
	0702 - Serviços	97 219,40 €	89 940,92 €
	0703 - Rendas	20 074,00 €	20 064,00 €

08.	Outras Receitas Correntes	Montante	1 678,57 €
	SNC-AP Rúbrica R7		

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R7 Outras receitas correntes		10,00 €	1 678,57 €
	0801 - Outras	10,00 €	1 678,57 €
	0802 - Subsídios	- €	- €



09.	Venda de bens de investimento	Montante	0,00 €
	SNC-AP Rúbrica R8		

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R8 Venda de bens de investimento		10,00 €	- €
	0901 - Terrenos	- €	- €
	0902 - Habitações	- €	- €
	0903 - Edifícios	- €	- €
	0904 - Outros bens de investimento	10,00 €	- €

10.	Transferências de Capital	Montante	6 500,00 €
	SNC-AP Rúbrica R9		

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R9 Transferências e subsídios de capital		10,00 €	6 500,00 €
	1001 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00 €	6 500,00 €
	1002 - Sociedades financeiras	- €	- €
	1003 - Estado	- €	- €
	1004 - Administração regional	- €	- €
	1005 - Administração local	- €	- €
	1006 - Segurança Social	- €	- €
	1007 - Instituições sem fins lucrativos	- €	- €
	1008 - Famílias	- €	- €

Outras Receitas

Em relação à rubrica “Outras Receitas” destacamos a utilização do saldo de gerência no montante de 784.895,45 €.



Quadro n.º 11

Outras receitas

	2025	%
Outras Receitas	784 895,45 €	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	- €	0,00%
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	784 895,45 €	100,00%

16.	Saldo da gerência anterior	Montante	784 895,45 €
	SNC-AP Rúbrica R14		

O saldo da gerência anterior no montante de 993.204,28 euros foi utilizado parcialmente no presente exercício:

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		784 895,45 €	784 895,45 €
1601 - Saldo da gerência anterior		784 895,45 €	784 895,45 €

Despesa

A despesa global paga rondou os 1.964 mil euros, apresentando, contudo, um desvio de 541 mil euros relativamente ao orçamento final aprovado.

O Quadro abaixo resume na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os realmente pagos, enquanto o Gráfico é elucidativo da respetiva estrutura.

Quadro n.º 12

Estrutura e Execução Orçamental da Despesa por classificação económica

Descrição		Orçamento Despesa	Despesa Corrigida	Despesa Paga	Grau de Execução	Peso (%)
Despesa Corrente	Despesas com o pessoal	732 094,92 €	772 704,45 €	702 649,69 €	90,93%	35,77%
	Aquisição de bens e Serviços	569 155,40 €	665 932,40 €	528 537,07 €	79,37%	26,90%
	Juros e outros encargos	100,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Transferencias correntes	181 952,00 €	179 889,72 €	151 672,02 €	84,31%	7,72%
	Subsidios	47 465,20 €	48 032,93 €	30 459,47 €	63,41%	1,55%
	Outras despesas Correntes	166 639,00 €	196 489,01 €	165 002,97 €	83,98%	8,40%
Total de Despesa Corrente		1 697 406,52 €	1 863 148,51 €	1 578 321,22 €	84,71%	80,34%
Despesa de Capital	Aquisição de bens de capital	161 663,46 €	642 663,46 €	386 282,34 €	60,11%	19,66%
	Transferências de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Outras Despesas Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total de Despesa Capital		161 663,46 €	642 663,46 €	386 282,34 €	60,11%	19,66%
Total da Despesa		1 859 069,98 €	2 505 811,97 €	1 964 603,56 €	78,40%	100,00%

No ano de 2025, revelaram-se como agrupamentos de maior peso estrutural: as Despesas com pessoal (35,77%) e a Aquisição de bens e serviços Correntes que representa 26,90% da despesa total paga.

Da análise ao quadro anterior verifica-se que a despesa paga apresentou um grau de execução de 78,40%, dos quais 80,34% destinaram-se ao pagamento de despesas de natureza corrente. O remanescente (19,66%) foi aplicado no financiamento do investimento, o qual atingiu no ano de 2025 um volume executado de, aproximadamente, 386 mil euros.

Quadro n.º 13

Estrutura da Despesa

	2025	%
Despesa corrente	1 578 321,22 €	80,34%
Despesa de capital	386 282,34 €	19,66%
Total	1 964 603,56 €	

A despesa corrente apresenta nesta execução um montante de 1.578 mil euros, representando 80,34% da despesa total, enquanto a despesa de capital representa 19,66%.

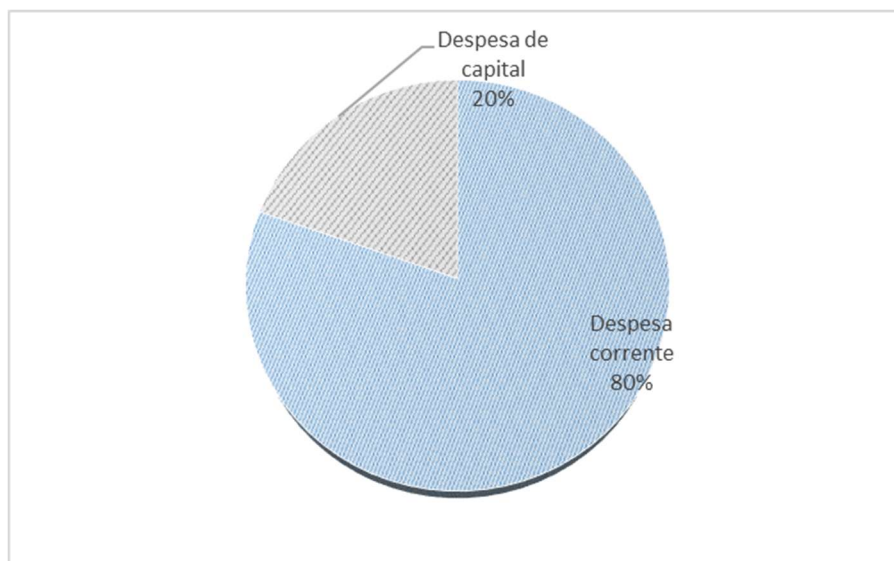


Gráfico 3 Estrutura da Despesa

Evolução da Despesa

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da despesa corrente paga, nos anos 2024 e 2025. Comparativamente verificou-se uma redução de 3,02%. De salientar que a rubrica “despesas com o pessoal” apresenta um aumento no seu peso percentual total.

Quadro n.º 14

Evolução da Despesa Corrente

	2024	%	2025	%
Despesas Correntes	1 627 540,22 €		1 578 321,22 €	
Despesas com o pessoal	709 699,33 €	43,61%	702 649,69 €	44,52%
Aquisição de bens e serviços	538 164,40 €	33,07%	528 537,07 €	33,49%
Juros e outros encargos	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências correntes	179 833,64 €	11,05%	151 672,02 €	9,61%
Subsídios	27 855,87 €	1,71%	30 459,47 €	1,93%
Outras despesas correntes	171 986,98 €	10,57%	165 002,97 €	10,45%
Total / Variação				-3,02%



A despesa de capital paga ascendeu em 2025 a cerca de 386 mil euros, em 2024 aquele valor fixou-se nos 17 mil euros.

Quadro n.º 15

Evolução da Despesa de Capital

	2024	%	2025	%
Despesas de Capital	16 825,94 €		386 282,34 €	
Aquisição de bens de capital	16 825,94 €	100,00%	386 282,34 €	100,00%
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
Outras despesas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%
Total / Variação			2195,75%	

Em termos de despesa efetivamente assumida, os compromissos anuais assumidos no período ascenderam a 2.005.420,65 €, transitando para o ano seguinte compromissos por pagar, no valor de 10.612,17 €. A execução global, considerando esses compromissos seria de 80,03%. Vão transitar para o ano seguinte obrigações por pagar no montante de 30.204,92 €.

Quadro n.º 16

Taxa de Execução da despesa

Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Pagamentos
1 859 069,98 €	2 505 811,97 €	2 005 420,65 €	2 005 420,65 €	1 994 808,48 €	1 964 603,56 €
	% Execução		80,03%	79,61%	78,40%

Compromissos a transitar 10 612,17 €

Obrigações por pagar 30 204,92 €

Despesa Corrente

A despesa Corrente neste exercício ascende a 1.578 mil euros, sendo a rubrica Despesas com pessoal aquela que apresenta maior relevância nominal e percentual.

Quadro n.º 17

Estrutura da despesa corrente

	2025	%
Despesas Correntes		
D1 Despesas com o pessoal	702 649,69 €	44,52%
D2 Aquisição de bens e serviços	528 537,07 €	33,49%
D3 Juros e outros encargos	- €	0,00%
D4 Transferências e subsídios correntes	182 131,49 €	11,54%
D5 Outras despesas correntes	165 002,97 €	10,45%
	1 578 321,22 €	

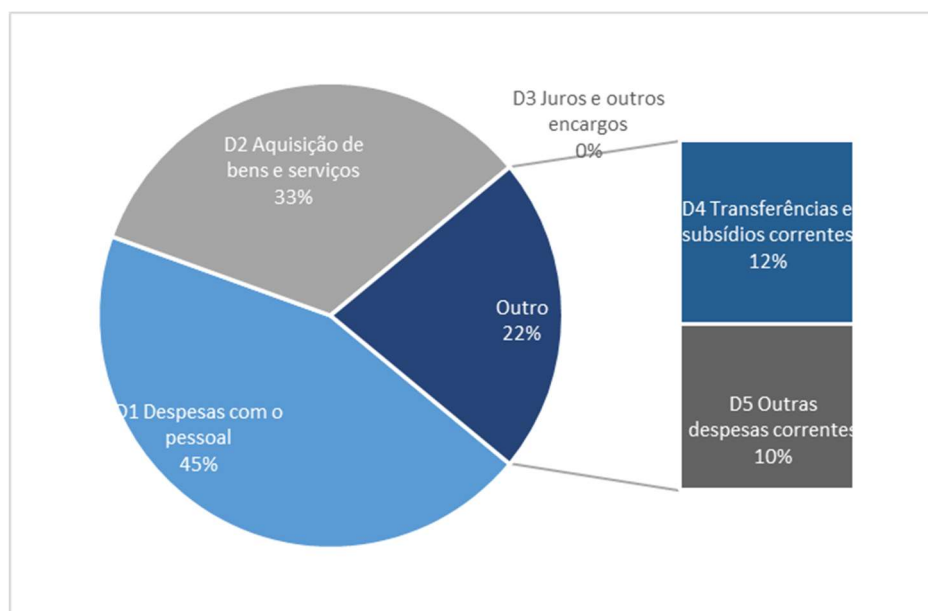


Gráfico 4 Estrutura da Despesa corrente paga



01	Pessoal	Montante	702 649,69 €
	SNC-AP Rúbrica D1		

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

As despesas com pessoal constituídas pelo somatório de 3 subagrupamentos de despesa: - remunerações certas e permanentes; abonos variáveis ou eventuais e encargos com a segurança social.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
D1 Despesas com o pessoal		772 704,45 €	702 649,69 €
	0101 - Remunerações certas e permanentes	587 731,89 €	552 873,72 €
	0102 - Abonos variáveis ou eventuais	25 109,78 €	17 920,59 €
	0103 - Segurança social	159 862,78 €	131 855,38 €

02	Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	528 537,07 €
	SNC-AP Rúbrica D2		

O agrupamento das aquisições de bens e serviços compreende por um lado as despesas de funcionamento necessárias para o exercício da atividade normal da autarquia, assim como todos os fornecimentos para a prossecução das competências que lhe foram delegadas.



Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
D2 Aquisição de bens e serviços		665 932,40 €	528 537,07 €
	0201 - Aquisição de bens	137 190,00 €	120 833,66 €
	020102 - Combustíveis e lubrificantes	7 300,00 €	5 123,82 €
	020103 - Munições, explosivos e artifícios	- €	- €
	020104 - Limpeza e higiene	10 600,00 €	7 128,86 €
	020105 - Alimentação - Refeições confeccionadas	50 600,00 €	46 665,49 €
	020106 - Alimentação - Géneros para confecciona	35 500,00 €	35 499,00 €
	020107 - Vestuário e artigos pessoais	1 700,00 €	407,68 €
	020108 - Material de escritório	11 300,00 €	9 890,21 €
	020110 - Transportes	500,00 €	- €
	020111 - Material de consumo clínico	550,00 €	163,37 €
	020112 - Material de transporte - Peças	500,00 €	38,68 €
	020115 - Prémios, condecorações e ofertas	9 000,00 €	8 421,08 €
	020117 - Ferramentas e utensílios	3 200,00 €	2 824,34 €
	020118 - Livros e documentação técnica	100,00 €	- €
	020119 - Artigos honoríficos e de decoração	300,00 €	300,00 €
	020120 - Material de educação, cultura e recreio	500,00 €	188,75 €
	020121 - Outros bens	5 540,00 €	4 182,38 €
	0202 - Aquisição de serviços	528 742,40 €	407 703,41 €
	020201 - Encargos das instalações	28 773,94 €	27 088,88 €
	020203 - Conservação de bens	9 960,00 €	5 651,48 €
	020204 - Locação de edifícios	3 000,00 €	2 311,84 €
	020208 - Locação de outros bens	10,00 €	- €
	020209 - Comunicações	9 100,00 €	7 399,54 €
	020210 - Transportes	600,00 €	139,62 €
	020211 - Representação dos serviços	1 000,00 €	965,50 €
	020212 - Seguros	9 000,00 €	6 980,21 €
	020213 - Deslocações e estadas	500,00 €	11,60 €
	020214 - Estudos, pareceres, projectos e consulta	10,00 €	- €
	020215 - Formação	500,00 €	- €
	020216 - Seminários, exposições e similares	10,00 €	- €
	020217 - Publicidade	1 500,00 €	1 126,28 €
	020218 - Vigilância e segurança	700,00 €	- €
	020219 - Assistência técnica	3 510,00 €	2 335,21 €
	020220 - Outros trabalhos especializados	154 682,59 €	132 678,75 €
	020222 - Serviços de saúde	1 600,00 €	1 257,00 €
	020225 - Outros serviços	304 285,87 €	219 757,50 €

04.	Transferência corrente	Montante	151 672,02 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas



Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na Freguesia, através da celebração de protocolos.

05.	Subsídios	Montante	30 459,47 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
D4 Transferências e subsídios correntes		227 922,65 €	182 131,49 €
	0401 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2 159,72 €	2 159,72 €
	0403 - Administração central	- €	- €
	0404 - Administração regional	- €	- €
	0405 - Administração local	6 210,00 €	4 637,00 €
	0406 - Segurança social	- €	- €
	0407 - Instituições sem fins lucrativos	171 520,00 €	144 875,30 €
	0408 - Famílias	- €	- €
	0409 - Resto do mundo	- €	- €
	0501 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €
	0508 - Famílias	48 032,93 €	30 459,47 €

06.	Outras despesas correntes	Montante	165 002,97 €
	SNC-AP Rúbrica D5		

Esta é uma rubrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores e o montante estabelecido para o orçamento colaborativo.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
D5 Outras despesas correntes		196 489,01 €	165 002,97 €
	0602 - Diversas	196 489,01 €	165 002,97 €



Despesa de Capital

A despesa de capital neste exercício ascende a 386 mil euros.

Quadro n.º 18

Estrutura da despesa corrente

	2025	%
Despesas de Capital		
D6 Aquisição de bens de capital	386 282,34 €	100,00%
D7 Transferência e subsídios de capital	- €	0,00%
D8 Outras despesas de capital	- €	0,00%
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	0,00%
D10 Despesa com passivos financeiros	- €	0,00%
Total / Variação	386 282,34 €	

07.	Aquisições de bens de Capital	Valor Orçamentado	386 282,34 €
	SNC-AP Rúbrica D6		

Esta rubrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

Esta rubrica encontra-se mais desenvolvida no Plano Plurianual de Investimentos.

O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respetiva previsão de despesa. O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta apenas aos projetos/ações financiados por despesas de investimento (07 – Aquisição de Bens de Capital).

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
D6 Aquisição de bens de capital		642 663,46 €	386 282,34 €
	0701 - Investimentos	642 663,46 €	386 282,34 €
	070103 - Edifícios	545 153,46 €	370 149,11 €
	070104 - Construções diversas	60 500,00 €	- €
	07010412 - Cemitérios	60 500,00 €	- €
	070106 - Material de transporte	10,00 €	- €
	070107 - Equipamento de informática	8 000,00 €	5 955,82 €
	070108 - Software informático	12 000,00 €	10 067,42 €
	070109 - Equipamento administrativo	11 000,00 €	109,99 €
	070110 - Equipamento básico	6 000,00 €	- €

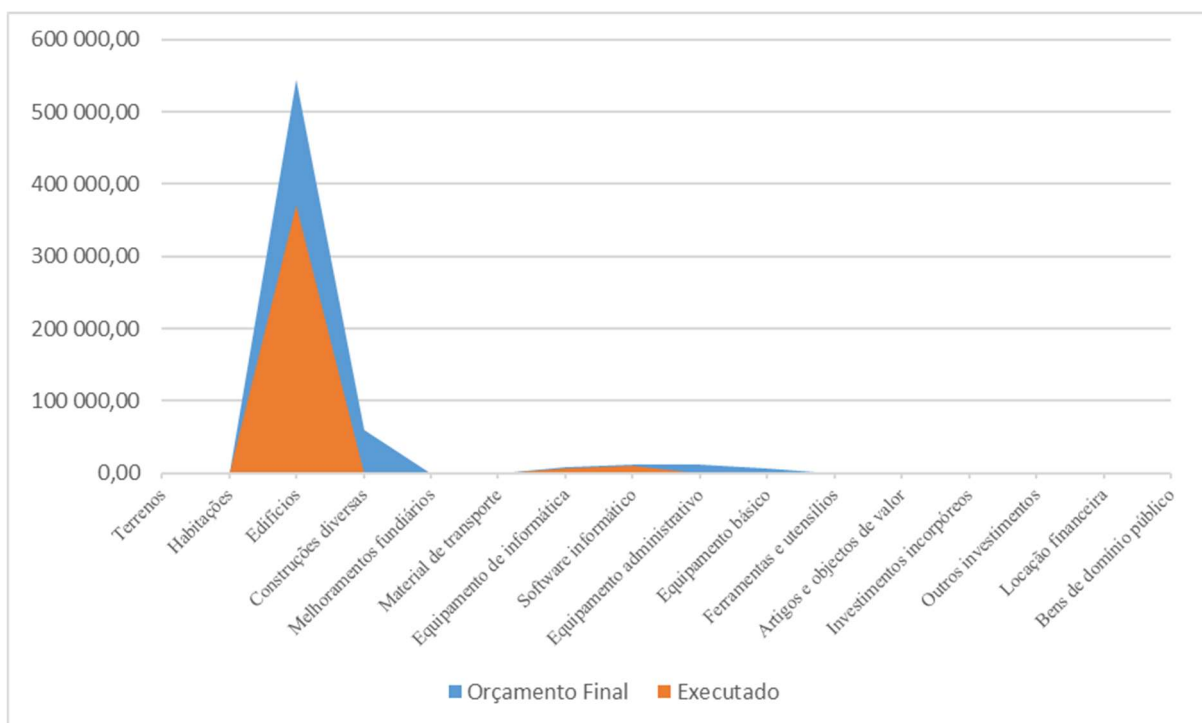


Gráfico 5 Estrutura da Despesa de capital paga

Rácios Orçamentais

De seguida, apresentam-se alguns indicadores orçamentais da estrutura e evolução das receitas e despesas ao nestes últimos dois anos, permitindo uma análise ao desempenho económico da autarquia.

Quadro n.º 19

Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula	2024	2025	Função
Grau de Cobertura global das receitas e das despesas	Receita Total / Despesa Total	109,23%	86,89%	Capacidade das receitas cobrirem as despesas
	Receita Corrente / Despesa Corrente	110,36%	107,74%	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
	Receitas Próprias / Despesa Corrente	11,70%	12,45%	Grau de cobertura da despesa corrente pelas receitas próprias da autarquia
	Transferências municipais / Despesa corrente	61,04%	53,96%	Grau de cobertura da despesa corrente pelas transferências da Administração local
	Transferências do FFF / Despesa com pessoal	56,86%	61,47%	Grau de cobertura da despesa com pessoal pelo Fundo Financiamento Freguesias
	Receitas próprias / Despesa com Pessoal	26,84%	27,96%	Grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas próprias
Estrutura da Receita	Receitas próprias / Receita total	10,61%	11,51%	Peso da receita própria da autarquia na receita total
	Transferências municipais / Receita total	55,31%	49,90%	Peso das transferências da administração local na receita total
	Transferências do FFF / Receita total	22,47%	25,30%	Peso das transferências da administração central na receita total
Estrutura da Despesa	Despesa capital / Despesa total	1,03%	24,47%	Peso da despesa de capital na despesa total
	Pessoal / Despesa corrente	43,61%	44,52%	Peso da despesa com pessoal na despesa corrente
	Aquisição de bens e serviços / Despesa corrente	33,07%	33,49%	Peso da despesa com a aquisição de bens e serviços na despesa corrente

Análise da Despesa por Área Funcional

Orçamento da despesa, está dividida em 6 orgânicas, sendo na orgânica Administração Local onde a autarquia realizou o maior montante de despesa, com um total de 1.256.150,13 €.

A estrutura e a execução orçamental da despesa por áreas funcionais é a seguinte:

Quadro n.º 20

Despesa por área funcional

Descrição	Administração Local	Serviços Administrativos	Posto de enfermagem	Cemitério	Centro Social da Arrábida	ATL	Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT	Centro de Convívio de Massarelos	TOTAL
01 - Despesas com o pessoal	148 153,26 €	285 647,82 €	0,00 €	63 768,43 €	100 216,52 €	0,00 €	52 370,32 €	52 493,34 €	702 649,69 €
02 - Aquisição de bens e Serviços	376 575,89 €	38 194,94 €	0,00 €	14 911,39 €	89 075,27 €	0,00 €	912,75 €	8 866,83 €	528 537,07 €
03 - Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
04 - Transferências correntes	151 672,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	151 672,02 €
05 - Subsídios	30 459,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	30 459,47 €
06 - Outras despesas Correntes	163 007,15 €	1 995,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	165 002,97 €
Total de Despesa Corrente	869 867,79	325 838,58	0,00	78 679,82	189 291,79	0,00	53 283,07	61 360,17	1 578 321,22
07 - Aquisição de bens de capital	386 282,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	386 282,34 €
08 - Transferências de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09 - Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10 - Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11 - Outras Despesas Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total de Despesa de Capital	386 282,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386 282,34
Total de Despesas	1 256 150,13	325 838,58	0,00	78 679,82	189 291,79	0,00	53 283,07	61 360,17	1 964 603,56
%	63,94%	16,59%	0,00%	4,00%	9,64%	0,00%	2,71%	3,12%	100,00%



Quadro n.º 21

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 1 – Administração Local

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	154 156,30 €	9,05%	148 153,26 €	11,79%	-6 003,04	96,11%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	490 566,27 €	28,79%	376 575,89 €	29,98%	-113 990,38	76,76%
03 - Juros e outros encargos	100,00 €	0,01%	0,00 €	0,00%	-100,00	0,00%
04 - Transferências correntes	179 889,72 €	10,56%	151 672,02 €	12,07%	-28 217,70	84,31%
05 - Subsídios	48 032,93 €	2,82%	30 459,47 €	2,42%	-17 573,46	63,41%
06 - Outras despesas correntes	194 479,01 €	11,41%	163 007,15 €	12,98%	-31 471,86	83,82%
Total de Despesas Correntes	1 067 224,23	62,63%	869 867,79	69,25%	-197 356,44	81,51%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	636 663,46	37,37%	386 282,34 €	30,75%	-250 381,12	60,67%
08 - Transferências de capital		0,00%		0,00%	0,00	
09 - Activos financeiros		0,00%		0,00%	0,00	
10 - Passivos financeiros		0,00%		0,00%	0,00	
11 - Outras despesas de capital		0,00%		0,00%	0,00	
Total de Despesa de Capital	636 663,46	37,37%	386 282,34	30,75%	-250 381,12	60,67%
Total Geral da Despesa	1 703 887,69	100,00%	1 256 150,13	100,00%	-447 737,56	73,72%

Quadro n.º 22

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 2 – Serviços Administrativos

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	306 747,47	86,37%	285 647,82	87,67%	-21 099,65	93,12%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	46 423,94	13,07%	38 194,94	11,72%	-8 229,00	82,27%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	2 000,00	0,56%	1 995,82	0,61%	-4,18	0,00%
Total de Despesas Correntes	355 171,41	100,00%	325 838,58	100,00%	-29 332,83	91,74%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	355 171,41	100,00%	325 838,58	100,00%	-29 332,83	91,74%



Quadro n.º 23

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 3 – Cemitério

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	79 470,20	82,03%	63 768,43	81,05%	-15 701,77	80,24%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	17 410,00	17,97%	14 911,39	18,95%	-2 498,61	85,65%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	96 880,20	100,00%	78 679,82	100,00%	-18 200,38	81,21%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	96 880,20	100,00%	78 679,82	100,00%	-18 200,38	81,21%

Quadro n.º 24

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 4 – Centro Social da Arrábida

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	112 671,87	52,60%	100 216,52	52,94%	-12 455,35	88,95%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	95 522,97	44,60%	89 075,27	47,06%	-6 447,70	93,25%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	208 194,84	97,20%	189 291,79	100,00%	-18 903,05	90,92%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	6 000,00	2,80%	0,00	0,00%	-6 000,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	6 000,00	2,80%	0,00	0,00%	-6 000,00	0,00%
Total Geral da Despesa	214 194,84	100,00%	189 291,79	100,00%	-24 903,05	88,37%



Quadro n.º 25

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 5 – Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	57 935,36	96,65%	52 370,32	98,29%	-5 565,04	90,39%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	2 000,00	3,34%	912,75	1,71%	-1 087,25	45,64%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	10,00	0,02%	0,00	0,00%	-10,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	59 945,36	100,00%	53 283,07	100,00%	-6 662,29	88,89%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	59 945,36	100,00%	53 283,07	100,00%	-6 662,29	88,89%

Quadro n.º 26

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 6 – Centro de Convívio de Massarelos

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	61 723,25	81,50%	52 493,34	85,55%	-9 229,91	85,05%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	14 009,22	18,50%	8 866,83	14,45%	-5 142,39	63,29%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	75 732,47	100,00%	61 360,17	100,00%	-14 372,30	81,02%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	75 732,47	100,00%	61 360,17	100,00%	-14 372,30	81,02%



Análise Execução Orçamental por Unidade Orgânica

A estrutura e a execução orçamental da receita e da despesa por unidade orgânica é a que a seguir se apresenta:

Quadro n.º 27

Serviços Administrativos

Designação da Receita		Designação da Despesa	
IMI	72 951,76	Pessoal	285 647,82
FFF - Fundo Financiamento das Freguesias	383 137,00	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	38 194,94
Atestados, Autenticações	4 883,40	Despesas Bancárias	1 995,82
Canídeos e Gatídeos	3 214,20		
Adesão ao serviço de mediação	0,00		
Venda Ambulante	2 487,25		
		TOTAL	325 838,58
		DESVIO	140 835,03
TOTAL	466 673,61		43,22%

Quadro n.º 28

Cemitério

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Licenças de colocação	2 699,99	Pessoal	63 768,43
Inumações, Aluguer de Ossários, Exumações e Concessão de Terrenos	21 733,93	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	14 911,39
Renda do Espaço Comercial	20 064,00		
		TOTAL	78 679,82
		DESVIO	-34 181,90
TOTAL	44 497,92		-43,44%

Quadro n.º 29

Centro Social da Arrábida

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação Segurança Social	147 416,12	Pessoal	100 216,52
Comparticipação dos Utentes	44 224,78	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	89 075,27
		TOTAL	189 291,79
		DESVIO	2 349,11
TOTAL	191 640,90		1,24%



Quadro n.º 30

Espaço do Cidadão/ Posto dos CTT

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação CTT	8 339,60	Pessoal	52 370,32
Comparticipação Espaço do Cidadão	311,37	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	912,75
		TOTAL	53 283,07
		DESVIO	-44 632,10
TOTAL	8 650,97		-83,76%

Quadro n.º 31

Centro de Convívio de Massarelos

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação Segurança Social	24 109,18	Pessoal	52 493,34
Comparticipação dos Utentes	2 142,24	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	8 866,83
		TOTAL	61 360,17
		DESVIO	-35 108,75
TOTAL	26 251,42		-57,22%

7. Relato Financeiro

A Freguesia elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras pretendem essencialmente fornecer informação financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade, sendo por isso fundamentais no apoio à tomada de decisões. A elaboração das demonstrações financeiras sucessivas e consistentes nos critérios utilizados permite a comparação análoga entre períodos e a análise da evolução dos valores em causa.

O registo financeiro culmina na elaboração das peças fundamentais para o relato financeiro, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras.

Análise do Balanço

O Balanço espelha a situação financeira num dado momento e fornece informações que possibilitam aos diferentes interessados identificar os recursos e as obrigações da entidade, possibilitando igualmente, que a informação seja comparada com o período anterior e permitindo uma avaliação das alterações entretanto ocorridas.

Trata-se de um instrumento contabilístico que representa a situação patrimonial da freguesia revelando o conjunto dos seus bens, direitos e obrigações. Tem como objetivo principal proporcionar informação sobre a posição financeira da entidade, que fica evidenciada na diferença entre os seus ativos e os seus passivos num determinado momento, neste caso no final do ano.

Os elementos relacionados com a avaliação da posição financeira no Balanço são: o ativo (classificado em corrente e não corrente) e o passivo (igualmente classificado em corrente e não corrente), as contribuições para o património



líquido e as distribuições do património líquido, cujas definições estão presentes na Estrutura Concetual do SNC-AP.

Quadro n.º 32

Balanço Sintético

Descrição	Período 2025		Período 2024		Varição
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	544 149,32		310 532,00		233 617,32
Investimentos	544 149,32	39,49%	310 532,00	22,39%	233 617,32
Contas a receber	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Ativo não corrente	833 843,09		1 076 314,78		-242 471,69
Inventário	1 213,57	0,09%	926,89	0,07%	286,68
Contas a receber	89 168,47	6,47%	72 045,71	5,19%	17 122,76
Caixa e Depósitos	743 461,05	53,95%	1 003 342,18	72,35%	-259 881,13
Ativo	1 377 992,41		1 386 846,78		-8 854,37
Fundos patrimoniais	1 170 807,56	92,78%	1 146 324,59	99,01%	24 482,97
Resultado Líquido do período	91 156,73	7,22%	11 482,97	0,99%	79 673,76
Património Líquido	1 261 964,29		1 157 807,56		104 156,73
Ativo não corrente	0,00		0,00		0,00
Contas a Pagar	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Ativo não corrente	116 028,12		229 039,22		-113 011,10
Contas a Pagar	116 028,12	100,00%	229 039,22	100,00%	-113 011,10
Passivo	116 028,12		229 039,22		-113 011,10
Património Líquido e Passivo	1 377 992,41		1 386 846,78		-8 854,37

No final do ano de 2025 o ativo apresenta um valor de 1.378 mil euros, dos quais 544 mil euros se referem a ativo não corrente e 834 mil euros a ativo corrente.

A Freguesia encerrou o ano de 2025 com um passivo no valor de 116 mil euros. O património líquido assume um valor de 1.262 mil euros. O resultado líquido do período é de 91 mil euros.

A demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por naturezas espelha todos os rendimentos obtidos e todos os gastos suportados pela Freguesia durante o período, em conjunto com o Balanço, fornece uma perspetiva da situação patrimonial da associação. Trata-se de um documento contabilístico que fornece um resumo dos resultados das operações financeiras da entidade durante um, determinado período específico, no caso o ano económico de 2025, e que pretende retratar os rendimentos e os gastos desse mesmo período.



Esta informação deve permitir aos interessados avaliar se a entidade usou com eficiência e eficácia os fundos ao seu dispor para atingir os objetivos a que se propôs permitindo compará-los com períodos anteriores.

Quadro n.º 33

Gastos

Demonstração dos Resultados	Período 2025		Período 2024		Varição
	Valor	%	Valor	%	Valor
Gastos					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	41 413,13	2,34%	52 294,67	3,15%	-10 881,54
Fornecimentos e serviços externos	609 640,86	34,47%	461 876,63	27,78%	147 764,23
Gastos com o pessoal	720 027,06	40,72%	703 291,15	42,30%	16 735,91
Transferências e subsídios concedidos	335 547,33	18,97%	345 057,24	20,75%	-9 509,91
Prestações Sociais	42 001,28	2,38%	74 307,86	4,47%	-32 306,58
Outros gastos	208,90	0,01%	5 000,00	0,30%	-4 791,10
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19 578,74	1,11%	20 903,75	1,26%	-1 325,01
Juros e gastos similares suportados		0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total	1 768 417,30		1 662 731,30		105 686,00

No ano de 2025 o total de gastos foi de 1.768 mil euros.

Destaque para alguns gastos significativos:

- gastos com pessoal que apresentam um valor de 720 mil euros, representando 40,72% dos gastos totais;
- fornecimentos e serviços externos que apresentam um valor de 610 mil euros, representando 34,47% dos gastos totais;
- transferências e subsídios concedidos que apresentam um valor de 335 mil euros, representando 18,97% dos gastos totais.

Quadro n.º 34

Rendimentos

Demonstração dos Resultados	Período 2025		Período 2024		Varição
	Valor	%	Valor	%	Valor
Rendimentos					
Impostos, contribuições e taxas	91 915,70	4,94%	87 320,48	5,22%	4 595,22
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Prestações de serviços e concessões	110 835,40	5,96%	103 964,41	6,21%	6 870,99
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 653 518,44	88,92%	1 481 273,01	88,48%	172 245,43
Outros rendimentos	3 105,29	0,17%	1 564,40	0,09%	1 540,89
Juros e rendimentos similares obtidos	199,20	0,01%	91,97	0,01%	107,23
Total	1 859 574,03		1 674 214,27		185 359,76



O total dos rendimentos cifrou-se em 2025 num montante de 1.859 mil euros.

Destaque para alguns rendimentos significativos:

- Os impostos contribuições e taxas, que apresentam um valor de 92 mil euros, representando 4,94% dos rendimentos totais;
- As transferências e subsídios correntes obtidos, que apresentam um valor de 1.653 mil euros, representando 88,92% dos rendimentos totais;
- A prestação de serviços e concessões, que apresentam um valor de 110 mil euros, representando 5,96% dos rendimentos totais;

Rácios Financeiros

A análise dos rácios, permite tornar mais precisa a informação económica e financeira de uma determinada entidade. Esta análise facilita igualmente a realização de comparações, quer no âmbito da mesma entidade ao longo de um determinado período, quer entre entidades distintas, num período coincidente. Importa, contudo, realçar que os rácios enquanto instrumento de análise se tornam tanto mais ricos quanto mais forem complementados com outros instrumentos e fontes de informação. Com efeito, a análise de indicadores, fornece algumas conclusões e indícios que devem ser validadas ou confirmadas mediante recurso a outras técnicas.

Quadro n.º 35

Indicadores Económico-Financeiros

Económico-Financeiros		2025	2024
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	Percentagem	7,19	4,70
Liquidez Reduzida ((Ativo Corrente - Existências) / Passivo Corrente)	Percentagem	7,18	4,70
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo Corrente)	Percentagem	6,41	4,38
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo)	Percentagem	10,88	5,06

O **Rácio de Liquidez Geral** mede a capacidade da Autarquia para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, sendo desejável que o seu valor ultrapasse a unidade, situação em que o ativo é suficiente para fazer face a essas responsabilidades. Quanto mais baixo for o valor observado, maior a vulnerabilidade da entidade.

O **Rácio de Liquidez Reduzida** é semelhante ao anterior, acrescido de algum rigor dado a dificuldade de transformar as existências em meios monetários com o valor que apresentam no Balanço. À semelhança do rácio anterior, quanto mais elevado for o seu valor, maior a solvabilidade de curto prazo da Freguesia, sendo desejável que este ultrapasse a unidade. A assunção desse valor significa que a Autarquia tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação das existências.

O **Rácio de Liquidez Imediata** é um rácio financeiro que mede a capacidade da Autarquia de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, tratando-se por isso da forma de liquidez mais exigente. Este indicador mede o grau em que os créditos a curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Quanto mais elevado este rácio for maior a solvabilidade de curto prazo da Autarquia.

O **Rácio de Solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos da Autarquia financiados por fundos próprios. Está associado à capacidade de cumprir os compromissos a médio e longo prazo. Se o rácio for superior a 1, considera-se que a Freguesia se encontra financeiramente estável. Um rácio de solvabilidade inferior a 1 indicia uma situação financeira vulnerável.

O **Rácio de Autonomia Financeira** tem uma polaridade positiva o que indica que quanto maior o seu valor melhor a situação da entidade. Um valor elevado indica que a dependência relativa a financiamento externo é menor. Um valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo é totalmente financiado pelo seu património líquido, isto é, pelos seus próprios recursos, não existindo qualquer dívida a pagar.

8. Proposta de aplicação de Resultados

Apesar da revogação do diploma que aprovou o POCAL, Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, esta Freguesia entendeu manter a boa prática pela aplicação do ponto 2.7.3 do POCAL, pelo que propõe que o resultado líquido positivo de € 91.156,73 (noventa e um mil cento e cinquenta e seis euros e setenta e três cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos (€ 4.557,84), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;
- Oitenta e seis mil quinhentos e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos (€86.598,89) para Resultados Transitados.

9. Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

A Lei n.º 8/2012, vulgarmente denominada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), foi aprovada em 21 de fevereiro de 2012, e refere implicitamente no seu artigo 7.º o princípio fundamental de que a execução do Orçamento, não pode, em nenhuma circunstância, conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso.

O Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, regulamentou e concretizou as normas legais e disciplinadoras da aplicação da LCPA, atento o estabelecido no seu artigo 14.º, e operacionalizou o reporte de informação aplicável às entidades previstas no seu artigo 2.º.

Na origem desta Lei está o objetivo central de estancar o endividamento vedando a assunção de compromissos sempre que não se verifique a salvaguarda do seu pagamento a curto prazo permitindo a redução efetiva dos prazos de pagamentos a fornecedores e controlar os compromissos plurianuais. Passou igualmente a existir a responsabilização e sanção dos dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade em situação de incumprimento, designadamente no caso da assunção de compromissos sem fundos disponíveis ou aumento dos pagamentos em atraso.

Esta lei introduziu o conceito de Fundos Disponíveis. Estes Fundos são as verbas em condições de serem utilizadas de imediato ou a muito curto prazo, permitindo assim fazer face aos compromissos assumidos.

No que respeita à obrigação de reporte de informação, importa salientar que atendendo ao disposto no número 4, do artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho, esta Freguesia está isenta do dever de prestação de informação de fundos disponíveis por não ter pagamentos em atraso.

10. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do período e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos subsequentes a divulgar ou a reconhecer que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.



11. Contabilidade de gestão

A UFLOM iniciou a implementação do SNC-AP para as pequenas entidades em 2025, passando assim a ter que aplicar o previsto na NCP 27 – Contabilidade de gestão. A definição de atividades e centros de custo, não foi possível concretizar no ano de 2025, por se tratar de um sistema com uma complexidade elevada. Assim, por não existirem elementos da contabilidade de gestão, não foi possível efetuar as divulgações previstas na NCP 27.

Demonstrações Financeiras e Anexo





Balanço individual em 31 de dezembro de 2025

Gerência de 01-01-2025 a 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	544 053,28	308 101,84
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	96,04	2 430,16
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		544 149,32	310 532,00
Activo corrente			
Inventários	10	1 213,57	926,89
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	18.2	2 266,32	9,12
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18.3	82 597,58	71 989,79
Diferimentos	18.4	4 304,57	46,80
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	18.1	743 461,05	1 003 342,18
		833 843,09	1 076 314,78
Total do ativo		1 377 992,41	1 386 846,78
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.9	1 146 324,59	1 146 324,59
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	18.9	574,15	
Resultados transitados	18.9	10 908,82	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	18.9	13 000,00	
Resultado líquido do período	18.9	91 156,73	11 482,97
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		1 261 964,29	1 157 807,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	18.5	200,67 €	3 265,68
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18.6	11 271,82 €	15 255,07
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		18 048,98 €	0,00
Outras contas a pagar	18.7	86 506,65 €	72 365,01
Diferimentos	18.8	0,00 €	138 153,46
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		116 028,12	229 039,22
Total do passivo		116 028,12	229 039,22
Total do património líquido e passivo		1 377 992,41	1 386 846,78



Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2025

Gerência de 01-01-2025 a 31-12-2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	NOTAS	PERÍODO 2025	PERÍODO 2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Impostos, contribuições e taxas	13,14	91 915,70	87 320,48
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	110 835,40	103 964,41
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 653 518,44	1 481 273,01
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-41 413,13	-52 294,67
Fornecimentos e serviços externos	23,1	-609 640,86	-461 876,63
Gastos com o pessoal	19	-720 027,06	-703 291,15
Transferências e subsídios concedidos	23,2	-335 547,33	-345 057,24
Prestações Sociais	23,2	-42 001,28	-74 307,86
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13,14	3 105,29	1 564,40
Outros gastos	23,3	-208,90	-5 000,00
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		110 536,27	32 294,75
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3,5	-19 578,74	-20 903,75
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		90 957,53	11 391,00
Juros e rendimentos similares obtidos	13	199,20	91,97
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		91 156,73	11 482,97
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		91 156,73	11 482,97



Demonstração individual das alterações no património líquido no período findo em 31 de dezembro de 2025										
Gestão de 01-01-2025 a 31-12-2025										
	NOTAS	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Total do Património Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1 146 324,59						11 482,97	1 157 807,56	1 157 807,56
ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO										
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico										0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00
Correção de erros materiais										0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações										0,00
Transferências e subsídios de capital				574,15		10 908,82				0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				574,15		10 908,82		-11 482,97		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	(2)	0,00		574,15		10 908,82		-11 482,97	13 000,00	13 000,00
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		0,00		574,15		10 908,82		91 156,73	91 156,73	91 156,73
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital/património										
Subscrições de prémios de emissão										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	(5)	1 146 324,59		574,15		10 908,82	13 000,00	91 156,73	1 261 964,29	1 261 964,29



Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2025

Gerência de 01-01-2025 a 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		754 662,53	726 025,99
Recebimentos de Contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		851 740,30	993 493,15
Recebimentos de utentes		100 587,04	76 635,87
Pagamentos a fornecedores		-1 036 415,94	-1 039 913,78
Pagamentos ao pessoal		-466 318,35	-453 992,43
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		204 255,58	302 248,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-230 575,83	-137 699,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-26 320,25	164 549,13
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-233 560,88	-4 758,61
Ativos intangíveis		0,00	-1 891,85
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos		0,00	-1 162,89
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-233 560,88	-7 813,35
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	18.1	-259 881,13	156 735,78
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 003 342,18	846 606,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		743 461,05	1 003 342,18
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	18.1	0,00	0,00
De execução orçamental		993 204,28	841 415,43
De operações de tesouraria		10 137,90	5 190,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		743 461,05	1 003 342,18
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência seguinte	18.1	743 461,05	1 003 342,18
De execução orçamental		735 590,59	993 204,28
De operações de tesouraria		7 870,46	10 137,90



Anexo às Demonstrações Financeiras

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato.

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão-nos conta das informações consideradas relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. Identificação		
1.1 Designação	Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos	
1.2 Contatos oficiais		
1.2.1 Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Rua de Serralves, nº.10	
1.2.2 Endereço de correio eletrónico	geral@uf-lordeloouromassarelos.pt	
1.2.3 Telefone	226166910	
1.2.4 Endereço da página na <i>internet</i>	https://www.uf-lordeloouromassarelos.pt/	
1.3 NIPC	510837590	
1.4 Código de atividade económica (CAE)	84113	
1.5 Missão/objeto social	Administração Local	
1.6 Período de relato	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
2. Enquadramento		
2.1 Enquadramento no Sector Público	Ministério da Administração Interna	
2.2 Forma jurídica / tipo societário	Autarquia Local	
2.3 Regime jurídico:	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais	
2.3.1 Regime financeiro:	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	
3 Regime e organização contabilística		
3.1 Referencial contabilístico utilizado	SNC AP	
3.2 Subsistema aplicável	SNC AP - Pequena Entidade	
3.3 Manual/Regulamento/Normas de controlo interno	Sim	
4 Participações da Entidade		
Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade		
4.1 Adilo – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro	Não	
5 Recursos Humanos		



Rubrica	Género	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Comissão de Serviço	M	0	0	0	0
	F	0	0	0	0
	T	0	0	0	0
CTFP por tempo indeterminado	M			2	2
	F	6	7	6	19
	T	6	7	8	21
CTFP a termo resolutivo certo	M			1	1
	F	0	0	1	1
	T	0	0	2	2
CTFP a termo resolutivo incerto	M				0
	F	0	0	0	0
	T	0	0	0	0
Outra	M				0
	F	0	1	0	1
	T	0	1	0	1
Total Efetivos	M	0	0	3	3
	F	6	8	7	21
	T	6	8	10	24

1.2 – Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, das alterações, da performance e dos fluxos de caixa da Freguesia, nos termos do SNC-AP. A NCP-PE utiliza os mesmos princípios e requisitos básicos das NCP (1 a 25) do SNC-AP concentrando-os numa única Norma de leitura e aplicação mais simples. Nesta circunstância é reduzida substancialmente a quantidade de divulgações que estão previstas na NCP 1, é privilegiada a mensuração ao custo e reduzidas as opções de utilização do justo valor, e as opções de depreciação e amortização são limitadas a um método (método das quotas constantes), entre outras matérias. Para além disso, não foram incluídas todas as NCP que constam do regime geral, por exemplo, a NCP 4 (Concessões de Serviços), a NCP 12 (Contratos de construção) e as NCP 21 a 24 relativas a interesses e investimentos financeiros e consolidação.

As demonstrações financeiras incluem, entre outros, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa. Estes documentos devem ser submetidos à aprovação da Junta de Freguesia e à apreciação e votação por parte da Assembleia de Freguesia até ao dia 30 de abril. A sua preparação obedece ao pressuposto da continuidade e ao regime de acréscimo. No ano de relato não existem casos excecionais que impliquem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.



Além do aspeto quantitativo a informação contabilística possui características qualitativas que lhe confere utilidade, permitindo que sejam alcançados os objetivos do relato financeiro.

Relevância

A informação financeira e não financeira prestada é relevante, uma vez que se apresenta como pertinente e capaz de contribuir para a confirmação de resultados ou para a alteração de expectativas. Permite a tomada de decisões de forma informada e a análise dos reflexos futuros de decisões tomadas.

Fiabilidade

As demonstrações financeiras relativas ao exercício económico de 2025 pretendem ser uma representação completa, neutra e isenta de erros materiais.

Compreensibilidade

Na medida do possível, a prestação de contas da Freguesia pretende incluir toda a informação relevante para os interessados. Assim, as contas são complementadas com informação diversa que contribui para esta finalidade, permitindo que sejam entendidos pelo maior número possível de utilizadores.

Oportunidade

A informação financeira deverá estar disponível em tempo útil, quer para a responsabilização quer para apoio à tomada de decisões futuras.

Comparabilidade

A informação apresentada nas presentes demonstrações financeiras, contém os valores relativos ao ano económico de 2025, permitindo aos utilizadores a identificação e o confronto dos valores do que resulta uma perspetiva da evolução e da tendência da informação financeira.

Verificabilidade

A informação constante no relato financeiro apresentado retrata fielmente as contas da freguesia, sendo verificável, ainda que esta verificabilidade possa não ser absoluta.

1.3 – Desagregação dos Saldos de caixa e seus equivalentes



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de caixa e depósitos apresentam-se desagregados de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	430,00	413,40
Depósitos à ordem	-	-
Outros depósitos	743 031,05	1 002 928,78
Depósitos a prazo	743 031,05	1 002 928,78
Depósitos consignados	-	-
Depósitos de garantias e cações	-	-
Total	743 461,05	1 003 342,18

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração de resultados de 2025 foram preparados de acordo com o SNC-AP, sendo que a informação comparativa referente ao ano de 2024 foi igualmente elaborada sob o mesmo normativo, permitindo uma comparação direta entre os dois períodos.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Freguesia, exceto no que respeita ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos no momento em que, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam, ocorrem. A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada considerando as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de

maneira consistente ao longo do tempo. As demonstrações financeiras são consistentes de um período para outro, seja ao nível da apresentação seja no que diz respeito aos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excetuando a existência de alterações significativas na sua natureza. Nestas circunstâncias as alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas, permitindo uma informação fiável e relevante. A relevância e a materialidade da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Dada a importância dos ativos, passivos, rendimentos e dos gastos estes não foram sujeitos a compensação, sendo a sua divulgação efetuada separadamente, exceto nos casos que forem exigidos por uma NCP.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais políticas contabilísticas:

Ativos intangíveis (NCP 3)

Esta tipologia de ativos é reconhecida pelo seu custo de aquisição, sendo deduzidas as amortizações acumuladas assim como eventuais perdas por imparidades acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos, se deles advirem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade. No caso de ativos intangíveis que sejam adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que foi adquirido.

Ativos fixos tangíveis (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis, são valorizados pelos respetivos custos de aquisição e, quando objeto de grandes reparações, são valorizados pelos respetivos valores de reparação, procedendo-se ao ajustamento das respetivas vidas úteis, quando aplicável.

Locações financeiras (NCP 6)

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da tipologia de contrato. Os contratos de locação financeira são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Como locação operacional classifica-se uma locação que não seja financeira não transferindo substancialmente todos os risco e vantagens inerentes à propriedade do ativo.

Custo dos empréstimos obtidos (NCP 7)



Os juros que advém de empréstimos obtidos são diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos e são capitalizados como parte dos custos desses ativos.

Propriedades de Investimento (NCP 8)

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, desde que daí resultem, para a entidade, benefícios económicos futuros. A mensuração inicial destes ativos, quando respeitem a uma transação com contraprestação, é realizada ao custo de aquisição. Caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é mensurado ao justo valor à data da aquisição.

Depreciações e amortizações (NCP 9)

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Inventários (NCP 10)

Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição, caso contrário são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. A mensuração de inventários, na Autarquia é efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio é o custo médio ponderado.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP 13 e 14)

Transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual, sobretudo na forma monetária, em bens, serviços, ou uso de ativos a uma outra entidade. Transações sem contraprestação são, por definição aquelas transações que não sejam com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. É efetuado o reconhecimento do rendimento quando for provável que influam para a Freguesia os benefícios económicos futuros ou o potencial serviço e os benefícios sejam mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos, contingentes e ativos contingentes (NCP 15)

Provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. As provisões distinguem-se de outros passivos, tais como contas a pagar e acréscimos, na medida em que há incerteza acerca do momento ou da quantia dos dispêndios

futuros exigidos na sua liquidação. As provisões são reconhecidas quando, e somente, a entidade tem uma obrigação presente, seja legal ou construtiva, que resulte de um evento passado e seja provável que, para a sua resolução, ocorra um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação, podendo o montante da obrigação ser estimado. Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou potencial de serviço, para liquidar essa obrigação ou quando a quantia da obrigação, não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Instrumentos Financeiros (NCP 18)

Os instrumentos financeiros são reconhecidos, apenas se os ativos e os passivos e os instrumentos de capital próprio sejam reconhecidos pela Autarquia. Os instrumentos financeiros, são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente depende das características dos ativos e dos passivos financeiros, assim como das políticas contabilísticas.

Benefícios dos empregados (NCP 19)

Esta norma diz respeito aos benefícios dos empregados sendo que estes correspondem a todas as formas de retribuição dada pela Freguesia em troca dos serviços prestados.

Partes relacionadas (NCP 20)

As partes relacionadas são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte.

Interesse em Outras entidades (NCP 22) Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas com vista a apresentar a sua situação financeira.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos financeiros;
- Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos funcionários;
- Reconhecimento do rendimento associado aos impostos;
- Estimativa para provisões, riscos e encargos;
- Especialização dos rendimentos provenientes dos subsídios ao investimento.



Existem bens que são pertença da Freguesia, reconhecidos como ativos em exercícios anteriores em que, na ausência de informação quanto ao seu custo histórico, foram valorizados por uma das seguintes formas:

- Valor atribuído, quando existente, pela ficha matricial constante no site da Administração Tributária (AT) tendo sido imputado 25% desse valor ao terreno, e o remanescente ao edificados;
- Valor apurado por comissão de avaliação;
- Valor apurado de forma específica em casos muito específicos e devidamente justificados.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos, decorrentes da sua utilização, sendo utilizado o método das quotas constantes, com base duodecimal, considerando a vida útil do bem. Relativamente aos bens doados à Freguesia, em todos os exercícios económicos é submetida ao executivo a respetiva relação valorizada, sempre que possível a preços de mercado e informação procedendo a Assembleia de Freguesia à sua aceitação, conforme determinado na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. No que diz respeito as doações de livros, CD's e DVD's o valor é desconhecido, sendo os bens são reconhecidos pelo valor zero.

2.3 - Julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas de quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Freguesia e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Freguesia é apresentada na Nota 2.

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Freguesia são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que o órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i) Perdas por imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Freguesia. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

ii) Provisões:

A Freguesia analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

iv) Impostos a receber

A estimativa dos impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do portal das finanças.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das

demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras. O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia, o conflito Israelo-Palestiniano e a ameaça de intervenção militar dos USA no Irão os principais catalisadores. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução destes prolongados conflitos. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membros da União Europeia.

Não foram, contudo, identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2. As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível, o seu impacto na economia, qualquer outra alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.6 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciable, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.



2.7 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

2.8 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

NOTA 3 - Ativos Intangíveis

Foi aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento, entre outra informação, a vida útil e a taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida. O método de amortização utilizado é o das quotas constantes.

Variações das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

O movimento ocorrido no exercício económico de 2025, na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações durante o exercício, apresentam-se nos quadros seguintes:

Nota 3.1 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)= (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)= (5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	8 623,42	6 193,26		2 430,16	8 623,42	8 527,38		96,04
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	8 623,42	6 193,26	0,00	2 430,16	8 623,42	8 527,38	0,00	96,04

Nota 3.2 - Quantia escriturada e variações do período



Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Variações									
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	2 430,16	0,00					-2 334,12			96,04
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	2 430,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 334,12	0,00	0,00	96,04

Nota 3.2 a) – Adições

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdo a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(9)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação										0,00
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 3.2 b) – Diminuições

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso	Transferências ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)= (1)+(2)+(3)+(4)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					0,00
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 4 - Acordos de Concessão de serviço: concedente

Não existem acordos de concessão de serviços, no entanto, regista-se a concessão da exploração de espaços comerciais no cemitério de Lordelo e no Edifício da Arrábida.



NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

Na presente nota foi utilizado e aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No que diz respeito às fichas de cadastro estas estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento, entre outra informação, a vida útil e a taxa de depreciação, assim como a respetiva quantia escriturada líquida. Documento Assinado Digitalmente Os bens respeitantes ao ativo fixo tangível são mensurados pelos seus custos e os gastos de depreciação destes ativos, inicia quando fica disponível para uso e termina quando este é desreconhecido. O método de depreciação, utilizado pela Autarquia é o das quotas constantes, para cálculo das depreciações.

No quadro seguinte é apresentado o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas no exercício económico de 2025.

Nota 5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025								
Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	205 060,45			205 060,45	205 060,45	0,00		205 060,45
Edifícios e outras construções	494 667,39	433 084,67		61 582,72	494 667,39	437 381,19		57 286,20
Equipamento básico	30 419,56	27 580,76		2 838,80	28 504,45	26 313,47		2 190,98
Equipamento de transporte	57 667,00	36 333,69		21 333,31	57 667,00	43 021,19		14 645,81
Equipamento administrativo	28 089,12	19 501,47		8 587,65	30 688,46	22 525,45		8 163,01
Equipamentos biológicos	0,00			0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	38 420,22	29 721,31		8 698,91	38 420,22	32 071,64		6 348,58
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00			0,00	250 358,25	0,00		250 358,25
TOTAL	854 323,74	546 221,90	0,00	308 101,84	1 105 366,22	561 312,94	0,00	544 053,28

Nota 5.2 - Quantia escriturada e variações do período



Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Variações									
	Quantia Escriturada Inicial (1)	Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de Perdas por Imparidade (5)	Perdas por Imparidade (6)	Depreciações do Período (7)	Diferenças Cambiais (8)	Diminuições (9)	Quantia Escriturada Final (10)= (1)+(2)+(3)+(4)-(5)+(6)+(7)-(8)-(9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00									0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00							0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	205 060,45	0,00								205 060,45
Edifícios e outras construções	61 582,72	0,00					-4 296,52		0,00	57 286,20
Equipamento básico	2 838,80	264,89					-880,21		-32,50	2 190,98
Equipamento de transporte	21 333,31	0,00					-6 687,50		0,00	14 645,81
Equipamento administrativo	8 587,65	2 781,82					-3 030,06		-176,40	8 163,01
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00		0,00	0,00
Outros	8 698,91	0,00					-2 350,33		0,00	6 348,58
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	250 358,25					0,00		0,00	250 358,25
TOTAL	308 101,84	253 404,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 244,62	0,00	-208,90	544 053,28

Nota 5.2 a) – Adições

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Adições								
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Doação, Herança, Legado ou Perdo a Favor do Estado (5)	Doação em Pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais		0,00							
Edifícios e outras construções		0,00							
Equipamento básico		264,89							
Equipamento de transporte		0,00							
Equipamento administrativo		2 781,82							
Equipamentos biológicos		0,00							
Outros		0,00							
Ativos fixos tangíveis em curso		250 358,25							
TOTAL	0,00	253 404,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 046,71

Nota 5.2 b) – Diminuições

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferências ou Troca (2)	Fusão, Cisão, Reestruturação (3)	Outras (4)	Total (5)= (1)+(2)+(3)+(4)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	32,50	32,50
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	176,40	176,40
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	208,90	208,90
TOTAL	0,00	0,00	0,00	208,90	208,90

NOTA 6 - Locações

Não aplicável

NOTA 7 - Custo de empréstimos obtidos



Não aplicável

NOTA 8 - Propriedades de Investimento

Não aplicável

NOTA 9 - Imparidade de ativos

Não aplicável

NOTA 10 - Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários

Nota 10.1 – Inventários

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025			
Rubricas	Movimentos período		
	Quantia Bruta (1)	Imparidade acumulada (2)	Quantia Recuperável (3)=(1)+(2)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 213,57		1 213,57
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
TOTAL	1 213,57	0,00	1 213,57

Nota 10.2 – Inventários: movimentos do período

Relato de 01-01-2025 a 31-12-2025									
Rubricas	Movimentos período								
	Quantia Escriturada Inicial (1)	Compras Líquidas (2)	Consumos / Gastos (3)	Variação nos Inventários da Produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões por Perdas por Imparidade (6)	Outras Reduções de Inventários (7)	Outros Aumentos de Inventários (8)	Quantia Escriturada Final (9)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	926,89	41 699,81	-41 413,13						1 213,57
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	926,89	41 699,81	-41 413,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213,57

NOTA 11 - Agricultura

Não aplicável

NOTA 12 - Contratos de Construção



Não aplicável

NOTA 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

No que diz respeito aos rendimentos de transações com contraprestação, esta tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico dos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que apresentem uma contraprestação, sendo destacado como principal aspeto a determinação do momento em que as transações são reconhecidas.

Rubricas	2025	2024	Variação
Taxas, multas e outras penalidades			
Outras	10 070,64	12 050,09	-1 979,45
Prestações de serviços e concessões			
Cemitérios	21 758,93	22 792,20	-1 033,27
Serviços Sociais	46 367,02	39 343,60	7 023,42
Serviços Recreativos	4 595,00	4 441,00	154,00
Serviços Culturais	8 594,00	7 631,00	963,00
Outros	9 456,45	9 317,61	138,84
Arrendamento	20 064,00	20 439,00	-375,00
Outros rendimentos			
Outros não especificados	3 105,29	1 564,40	1 540,89
Juros, dividendos e outros rendimentos similares			
Outros Rendimentos e Ganhos	199,20	91,97	107,23
TOTAL	124 210,53	117 670,87	6 539,66

Estão descritos no quadro, os montantes respeitantes ao período económico de 2025, representando o leque de vendas, prestações de serviços, juros e outros rendimentos, promovidos pela Autarquia no montante global de 124.210,53 euros.

NOTA 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, transferências ou subsídios, uma vez que existe uma entrada, presente ou futura de meio financeiros líquidos, sem a obrigatoriedade de devolução ou de prestação de um serviço de valor equivalente.



Rubricas	2025	2024	Variação
Impostos diretos			
Imposto municipal sobre imóveis	78 630,86	71 919,79	6 711,07
Impostos indiretos			
Canteios	3 214,20	3 350,60	-136,40
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	431 944,00	403 508,00	28 436,00
Transferências de competências			
Estado (Outras)	42 138,63	41 299,94	838,69
Municípios	989 893,76	855 339,69	134 554,07
Segurança Social	171 525,30	163 555,95	7 969,35
Outras entidades	5 022,35	3 705,66	1 316,69
Instituições sem fins lucrativos	12 994,40	13 863,77	-869,37
TOTAL	1 735 363,50	1 556 543,40	178 820,10

No global, os rendimentos sem contraprestação totalizam um valor de 1.735.363,50 euros. As rubricas que mais se destacaram foram impostos diretos e as transferências e subsídios correntes obtidos, destacando-se neste grupo as transferências do município que apresenta um montante de 989.893,76 euros.

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Está a decorrer um processo de investigação de fraude nas autoridades competentes. A UFLOM apurou o valor em causa e fez a denuncia. Esta valor está reconhecido como um ativo, tendo sido registada a perda por imparidade correspondente à totalidade do valor.

NOTA 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Nota 18.1 - Caixa e Depósitos



A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Caixa	430,00	413,40	16,60
Depósitos à ordem	743 031,05	1 002 928,78	-259 897,73
Outros depósitos			
TOTAL	743 461,05	1 003 342,18	-259 881,13

Verifica-se no global um decréscimo de 259.881,13 euros, relativamente ao ano anterior.

Nota 18.2 - Clientes, contribuintes e utentes

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Clientes c/c		0,00	0,00
Utentes	2 266,32	9,12	2 257,20
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	24 402,33	24 402,33	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	-24 402,33	-24 402,33	0,00
TOTAL	2 266,32	9,12	2 257,20

Nota 18.3 – Outras contas a receber

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Ativo corrente			
Outras Contas a receber			
Devedores por acréscimos de rendimentos	75 454,88	71 919,79	3 535,09
Cauções	70,00	70,00	0,00
Outros devedores	7 072,70		7 072,70
TOTAL	82 597,58	71 989,79	10 607,79

Nota 18.4 - Diferimentos



A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Varição
Gastos a Reconhecer	4 304,57	46,80	4 257,77
Outros			0,00
TOTAL	4 304,57	46,80	4 257,77

Passivos financeiros

Nota 18.5 - Fornecedores

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Varição
Fornecedores c/c	200,67	3 265,68	-3 065,01
Fornecedores de investimentos c/c	18 048,98		
Faturas em receção em conferência			0,00
TOTAL	18 249,65	3 265,68	-3 065,01

Nota 18.6 - Estado e Outros Entes Públicos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Varição
Retenção de impostos sobre rendimentos	8 874,54	4 562,19	4 312,35
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	1 083,46	5 107,15	-4 023,69
Outras tributações	1 313,82	5 585,73	-4 271,91
TOTAL	11 271,82	15 255,07	-3 983,25

Nota 18.7 - Outras Contas a pagar



A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Varição
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Credores por acréscimos de gastos	77 329,99	67 113,11	10 216,88
Outros credores	9 176,66	5 251,90	3 924,76
TOTAL	86 506,65	72 365,01	14 141,64

Nota 18.8 – Diferimentos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Varição
Rendimentos a reconhecer		138 153,46	-138 153,46
Outros			0,00
TOTAL	0,00	138 153,46	-138 153,46

Património Líquido

Nota 18.9 - Património Líquido

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Património / Capital	1 146 324,59			1 146 324,59
Reservas		574,15		574,15
Resultados Transitados		10 908,82		10 908,82
Outras variações no património líquido		13 000,00		13 000,00
Resultados Líquido do Exercício líquido	11 482,97	91 156,73	-11 482,97	91 156,73
TOTAL	1 157 807,56			1 261 964,29

NOTA 19 – Benefícios dos empregados



Nos termos do Manual de Implementação do SNC-AP, e no que respeita aos benefícios dos empregados são “todas as formas de retribuição dadas por uma entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados”.

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos			
Remunerações certas e permanentes	126 034,55	106 287,86	19 746,69
Remunerações do pessoal			
Remunerações certas e permanentes	435 937,47	439 775,54	-3 838,07
Abonos variáveis ou eventuais	16 851,32	21 442,48	-4 591,16
Remunerações do pessoal			0,00
Sistemas de proteção social	124 575,38	118 527,47	6 047,91
Acidentes no trabalho e doenças profissionais			
Seguro de acidentes no trabalho	11 788,34	14 946,46	-3 158,12
Outros gastos com pessoal			
Despesas de Saúde	0,00	975,74	-975,74
Outros	4 840,00	1 335,60	3 504,40
Outros encargos sociais			0,00
TOTAL	720 027,06	703 291,15	16 735,91

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A NCP 25 – Relato por Segmentos, exige a informação por segmentos. O Manual de Implementação do SNC-AP é omissos nesta matéria, principalmente na definição de segmentos aplicável aos Municípios. Por outro lado, não existe qualquer indicação da DGAL, ou do Município de Coimbra referente à definição dos segmentos, nem que critérios utilizar para tal.

De acordo com aquela norma “Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. Os segmentos podem ser segmentos de serviços, ou segmentos geográficos.

De referir que a NCP 25 refere que:

“(a) Um segmento de serviço refere-se a um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares consistentes com a missão global de cada entidade. Um segmento de serviço também se refere a atividades de entidades com leis orgânicas próprias e que tenham sido agregadas numa única entidade para efeitos de orçamento, contabilidade e relato. Muitas



vezes estas entidades assumem a designação de entidade “Gestão Administrativa e Financeira”; e

(b) Um segmento geográfico é um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares dentro de uma área geográfica em particular.”

Nesta Freguesia não foram definidos segmentos de serviços, por não se considerar que existam segmentos de tal forma distintos que exijam que a informação seja autonomizada. A Freguesia de Santo António dos Olivais exerce a sua atividade na sua área geográfica, pelo que também não se aplica a definição de segmentos geográficos.”

O tribunal de contas está a exigir demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados, Demonstração das alterações do património líquido, Demonstração dos Fluxos de caixa) e orçamentais (Demonstração do desempenho orçamental, Demonstração da execução orçamental da despesa e Demonstração da execução orçamental da receita), com os modelos que constam do e-mail em anexo, não permitindo a preparação destes mapas sem as linhas com os valores 0.

NOTA 21 - Relato por segmentos

Não aplicável

NOTA 22 - Interesses em outras entidades

Não aplicável

NOTA 23 - Outras divulgações consideradas relevantes, ou exigidas por diplomas legais, para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

De forma que se tenha uma compreensão fiável do desempenho da entidade é necessário demonstrar os seus rendimentos e gastos.

Considerando que nas notas anteriormente apresentadas já foram detalhados os rendimentos (Notas 13 e 14), o CMVMC (Nota 10), Despesas com Pessoal (Nota



19) passa-se a evidenciar os gastos que ainda não foram objeto de relato, nomeadamente FSE, transferências e subsídios concedidos, outros gastos e juros.

Nota 23.1 - Fornecimentos e serviços externos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Subcontratos e parcerias			
Outros Subcontratos\	48 373,03	37 925,80	10 447,23
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	261 816,88	103 432,55	158 384,33
Publicidade, comunicação e imagem	1 126,28	1 193,62	-67,34
Vigilância e segurança	0,00	2 142,72	-2 142,72
Honorários	23 816,79	26 763,20	-2 946,41
Comissões	4 195,45	3 359,00	836,45
Conservação e reparação	8 055,77	5 924,56	2 131,21
Outros serviços especializados	265,92	947,23	-681,31
Materiais de consumo			
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 006,72	7 686,85	-680,13
Livros e documentação técnica			0,00
Material de escritório	10 144,03	10 263,52	-119,49
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	9 296,75	5 751,21	3 545,54
Medicamentos e artigos para a saúde	163,37	93,04	70,33
Outros materiais diversos de consumo	7 624,91	7 312,63	312,28
Energia e fluídos			
Electricidade	16 456,01	14 448,16	2 007,85
Combustíveis e lubrificantes	5 123,82	6 703,50	-1 579,68
Água	10 377,85	10 555,93	-178,08
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas	151,22	665,98	-514,76
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	2 238,04	2 888,14	-650,10
Comunicação	6 936,68	8 366,97	-1 430,29
Seguros	2 973,68	7 056,04	-4 082,36
Despesas de representação dos serviços	965,50	990,00	-24,50
Limpeza, higiene e conforto	268,32	615,00	-346,68
Outros serviços	182 263,84	196 790,98	-14 527,14
TOTAL	609 640,86	461 876,63	147 764,23



Nota 23.2 - Transferências e subsídios concedidos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Transferências correntes concedidas			
Instituições sem Fins Lucrativos	304 512,30	307 116,10	-2 603,80
Ação Social	28 875,31	28 423,60	451,71
Outros	2 159,72	6 465,54	-4 305,82
Subsídios correntes concedidos			
Prestações sociais concedidas	42 001,28	74 307,86	-32 306,58
Outros		3 052,00	-3 052,00
TOTAL	377 548,61	419 365,10	-41 816,49

Nota 23.3 - Outros Gastos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2025, encontra-se evidenciada no quadro seguinte, com informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2025	2024	Variação
Impostos e taxas			
Dívidas Incobráveis			
Perdas em inventários			
Gastos em investimentos não financeiros	208,90		208,90
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores			
Quotizações			
Outros não especificados		5 000,00	-5 000,00
TOTAL	208,90	5 000,00	-4 791,10

Demonstrações Orçamentais